

IMPRENSA E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Análise de Mídia

IMPRENSA E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Brasília, dezembro de 2013

Realização:



Apoio:



FICHA TÉCNICA

Supervisão Editorial Veet Vivarta

Edição de Análise Geraldinho Vieira

Análise dos Dados Aline Falco

Edição de Texto Aline Falco e Cassuça Benevides

Pesquisa e Redação Christiane Telles, Gisele Neuls, Aline Falco e Sandra Damiani

Edição Final Maura Campanili

Consultoria Técnica Mauro Pires

Coordenação de Pesquisa Diana Barbosa

Projeto Gráfico Gisele Rodrigues

Diagramação Érica Santos

ANDI - Comunicação e Direitos

Presidente do Conselho Diretor Cenise Monte Vicente

Vice-Presidente do Conselho Diretor Márcio Ruiz Schiavo

Secretário Executivo Veet Vivarta

SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318 70.394-901 - Brasília-DF (61) 2102-6508 www.andi.org.br

SUMÁRIO

Resumo Executivo	06
Introdução	13
Metodologia	
O desmatamento na mídia brasileira: um diagnóstico quanti-qualit	ativo20
Seção 1: Características da Cobertura	
Formato da cobertura sobre desmatamento na Amazônia	27
Evolução da cobertura	33
Tema Principal e Tema de Apoio	36
Aspecto Central do Desmatamento	44
Seção 2: A Agenda Temática	
Desmatamento legal e ilegal	48
Destruição da floresta, modelos de	
desenvolvimento e prejuízos ao ser humano	50
Investigando as razões do fenômeno	54
Os impactos do desmatamento	60
Em busca de saídas para o problema	63
Seção 3: A Construção da Notícia	
Quem fala e quem cala	68
Quem é referência para a imprensa?	
A perspectiva institucional	80
Seção 4: A Pauta do PPCDAm	
Sem conhecimento, não há cobrança	86
Desmatamento ainda é pauta prioritária	96

Parâmetros de Análise

RESUMO EXECUTIVO

sta análise é resultado do monitoramento da cobertura do desmatamento na Amazônia entre janeiro de 2007 e dezembro de 2012 em 44 jornais - quatro de circulação nacional, dois econômicos e 38 regionais - e em quatro revistas semanais. No caso dos jornais, devido ao grande volume de matérias, foi necessário utilizar um método de amostragem. Leia mais sobre a metodologia adotada na página 20.

DADOS GERAIS DA COBERTURA

Ao longo dos seis anos analisados, a média publicada pelos 44 jornais foi de aproximadamente uma matéria por semana, inferior a outros resultados de pesquisas conduzidas pela ANDI. Nos jornais de circulação nacional a média chega a três matérias por semana. Os indicadores de qualidade da informação referentes a esse grupo também superam os dos regionais.

REVISTAS

Foram encontradas 259 notícias sobre desmatamento na Amazônia nas semanais. Ao contrário dos diários, não foi usado processo de redução amostral - cada uma das edições publicadas ao longo dos seis anos foi avaliada.

CARACTERÍSTICAS DA COBERTURA

FORMATO DA COBERTURA SOBRE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

O desmatamento tem presença consistente nos espaços opinativos – editoriais, artigos, entrevistas e colunas somam 20% da amostra dos diários. Os editoriais representam apenas 1,8%, indicando que em seu espaço mais "institucional" as empresas de mídia não se posicionam enfaticamente.

Apesar de apenas 3,5% das matérias dos jornais apresentaram cobertura altamente contextualizada, a dimensão da cobertura é boa: notícias nas quais o desmatamento ocupa posição central no texto correspondem a 45,6% do universo.

REVISTAS

Somadas, as matérias com alta e média presença de menção ao desmatamento chegam a 71,8% do total de textos analisados.

- As Ações Governamentais impulsionaram o noticiário, tanto nos jornais de abrangência nacional e regional/estadual quanto nos veículos de economia. Quase metade (47,8%) das matérias têm origem em cobertura de atos do governo.
- Pautas geradas por Iniciativa da Própria Imprensa respondem por apenas 14,2% do total da cobertura e somente 1% do material analisado pode ser considerado "jornalismo investigativo".
- A Divulgação de Dados do Desmatamento impulsionou 8,4% do noticiário. Jornais de abrangência nacional e regional/estadual garantem maior visibilidade a esse conteúdo: 9,5% e 8,7% de suas coberturas sobre o tema, respectivamente, contra 2,5% dos veículos de economia.
- A Sociedade Civil, embora muito citada e ouvida, teve apenas 4,6% da cobertura impulsionada por suas ações e demandas. Os veículos regionais são os principais responsáveis por esse pleito: 5,8% do total, contra 2,4% dos de alcance nacional e 2,5% dos jornais de economia.
- As demandas e ações do Setor Privado motivaram 5,8% da cobertura. Ao olharmos apenas para os veículos de economia, o setor impulsiona 18,8% do noticiário, contra 5,8% nos jornais de abrangência nacional e 4,4% nos regionais.

A pauta também é motivada por iniciativas governamentais, embora em proporção um pouco menor que a dos jornais: 37,5% contra 47,8%. As publicações semanais, por sua própria natureza, vão além do factual: mais de um quarto da pauta foi gerada por iniciativa das redações: 27,5% - dos quais as "matérias investigativas" participam com 4,7%.

EVOLUÇÃO DA COBERTURA

A cobertura sobre desmatamento na Amazônia expandiu-se significativamente entre 2008 e 2009, quando passou a declinar. Em 2007, as taxas de desmatamento voltaram a crescer na esteira do aumento dos preços internacionais de commodities. Como reação, o governo tomou medidas mais rigorosas de combate ao desmatamento.

Os anos seguintes foram ricos em pautas ligadas à questão do desmatamento na Amazônia e decisivos para que o Brasil começasse a reduzir taxas gigantescas de derrubada da floresta. Desde então, relativamente, houve uma queda constante na produção de material jornalístico sobre o assunto e menos de 10% das matérias analisadas foram publicadas em 2012.

TEMA PRINCIPAL E TEMA DE APOIO

Nos textos sobre desmatamento na Amazônia, três questões se sobressaem como Tema Principal: Desmatamento em Si (12,3%); Mudanças Climáticas (11,7%); e Políticas Ambientais (11,2%). Destacam-se também Agropecuária (9,7%) e Questões Políticas (8,4%).

- Aproximadamente um em cada cinco textos analisados (21,6%) trata de Mudanças Climáticas ou menciona a agenda do clima.
- O desmatamento é apontado como causa de mudanças climáticas em 69,5% das vezes.
- Outros 14,2% das matérias que mencionam mudanças climáticas abordam a vulnerabilidade da floresta frente ao fenômeno.

REVISTAS

O tema principal mais abordado pelas revistas foi Clima e Mudanças Climáticas (11,6%), seguido de Desmatamento em Si (9,7%).

A Agropecuária, considerada o vetor mais importante para o desmatamento, aparece em 9,7% das matérias analisadas. Vale notar que a questão surge com mais frequência como Tema de Apoio: 24% tratam de algum aspecto relacionado à Agropecuária.

 Questões Agrárias/Fundiárias foram Tema Principal de apenas 5,7% de todas as matérias analisadas. O volume praticamente dobrou de 2011 para 2012, passando de 5,9% para 10,7% dos textos, indicando uma tendência de atenção crescente ao problema.

REVISTAS

As revistas apresentam um percentual expressivo de textos que contam com Tema de Apoio: 89,6% do conjunto analisado. Alguns tópicos, porém, não chegaram ainda à pauta. A presença das Políticas Ambientais como Tema Principal, por exemplo, foi muito inferior à dos jornais: 0,5%, em comparação a 11,2%. A questão que mais ocupou espaço como Tema Principal foi a Violência no Campo (23,5%). A reforma do Código Florestal aparece em seguida, com 17,6%.

São muito poucas (3,2%) as matérias cujo Tema Principal está relacionado à Economia. Tal radiografia coloca um desafio para a cobertura de grande parte dos diários brasileiros, que está subdimensionando o viés econômico de causas, impactos e soluções relacionados ao desmatamento da Amazônia.

 Os jornais econômicos lideram esse enfoque: a Economia é o Tema Principal em 8,8% das matérias analisadas. Nos diários de abrangência nacional e regional, esse índice é 3,1% e 2,8% dos textos, respectivamente. Ou seja, mesmo os chamados "grandes" distanciam-se muito pouco dos meios estaduais nesse indicador.

REVISTAS

A Economia aparece como Tema Principal em 4,2% das matérias das revistas. Como Tema de Apoio, tem uma presença mais expressiva do que nos jornais: 21,2%.

A AGENDA TEMÁTICA

DESMATAMENTO LEGAL E ILEGAL

Praticamente oito em cada 10 textos da amostra analisada (78,6%) não definem desmatamento. Entre os que trazem a definição, o desmatamento é entendido como sinônimo de Queimadas (7,7%), de Exploração Madeireira (7%), de Degradação Florestal (5,7%) e de Corte Raso (3,8%). Volume similar de matérias (76,2%) não faz distinção entre desmatamento legal e ilegal.

REVISTAS

Embora deixem de definir o que é desmatamento na mesma proporção dos jornais, quase o dobro de suas matérias fazem distinção entre desmatamento legal e ilegal: 44,8% contra 23,8%.

DESTRUIÇÃO DA FLORESTA, MODELOS DE DE-SENVOLVIMENTO E PREJUÍZOS AO SER HUMANO

O Desenvolvimento aparece como Tema Principal em apenas 2,3% das matérias que tratam de desmatamento. Em outras 5,3%, a questão é Tema de Apoio. Mesmo assim, no total, um terço dos textos (33,4%) relaciona de alguma forma o desmatamento com o debate sobre Desenvolvimento.

O desmatamento é reportado como se a destruição da floresta não afetasse diretamente o ser humano: as citações relacionadas ao Desenvolvimento Humano, Social, Socioambiental, Comunitário ou Local, somam 5% do total de textos que mencionam Desenvolvimento.

- As reportagens se referem a alguma estratégia de desenvolvimento em 30,4% do material. Nos textos opinativos, este índice cresce: alcança 45,3% nos artigos e 63% nas entrevistas. Os editoriais fazem essa relação com menor frequência (31,6% das vezes).
- Em 16% dos textos, é citada alguma população vulnerável ao problema: desses, os Povos Indígenas são os mais mencionados

- (51,4%), seguidos por Povos da Floresta (17,3,%), População Rural (11,6%), População Ribeirinha (9,8%), Quilombolas (6,4%) e População Urbana (5,2%).
- Os jornais amazônicos deram mais destaque às populações rurais e ribeirinhas. Elas foram citadas em, respectivamente, 17,2% e 12,6% de suas matérias que mencionam populações vulneráveis ao desmatamento, enquanto os diários de circulação nacional registram índices de 2,6% e 5,3%.
- Os veículos da Região Amazônica também oferecem mais atenção ao público vulnerável como um todo: 19,5%, em comparação a 13,6% dos jornais de outros estados. Nos diários de abrangência nacional, o índice é ainda menor: 12,9%.

REVISTAS

O Desenvolvimento aparece como tema principal em 5% dos textos sobre desmatamento. Como tema de apoio, em 14,3%, número bem mais expressivo do que nos jornais. Mas as semanais mantêm o padrão em não associar desmatamento a um modelo de desenvolvimento focado nos povos amazônicos. Entre os 35,3% de textos que citam desenvolvimento, 5% focalizam aspectos relacionados a Desenvolvimento Humano, Social, Socioambiental, Comunitário ou Local.

INVESTIGANDO AS RAZÕES DO FENÔMENO

Em 2012, 40,9% do material analisado mencionava Causas para o desmatamento, um excelente indicador e um sinal de avanço: na média do período (2007 - 2012), menos de um terço do material publicado pelos diários (28,3%) debate ou menciona Causas do desmatamento. A partir de 2010 vem crescendo a atenção a esse aspecto.

- Apesar da mudança nos vetores de desmatamento ao longo do tempo, ainda há uma grande concentração da cobertura sobre causas focadas na Exploração llegal de Madeira. Ela foi o aspecto mais mencionado, em 20,3% desse conjunto de textos. A Pecuária fica em segundo lugar, com 17,4% e a Agricultura ocupa terceira posição, com 15,7%.
- A atenção da imprensa às Obras de Infraestrutura como vetor do desmatamento cresceu substancialmente: se em 2007 somava 2,2% das matérias que tratavam de Causas, em 2012 chegou a 31,6%, representando o principal aspecto focalizado naquele ano. A construção de hidrelétricas na Amazônia, especialmente Belo Monte, contribuiu para esse aumento.

REVISTAS

A média de matérias que mencionam Causas para o desmatamento é mais expressiva do que a encontrada nos jornais: 46,6%. Por outro lado, nas semanais, a tendência é de diminuição, a partir de 2010. A exploração ilegal de madeira também foi o aspecto mais mencionado e com maior destaque: 30,6% dos textos que mencionam os vetores.

OS IMPACTOS DO DESMATAMENTO

A análise registra que 29,5% dos textos da amostra mencionam pelo menos uma consequência da devastação florestal. Embora não seja um índice desprezível, é bom lembrar que 70,5% do material não mencionam ou explicam seus impactos.

- Quando o desmatamento está em foco, prevalece nas redações uma cultura de separação entre o meio ambiente e as consequências dos problemas ambientais para a humanidade. Os Impactos de ordem ambiental somam 86,5% das matérias que citam algum tipo de consequência do desmatamento na Amazônia.
- O Aumento da Emissão de Carbono ou das Mudanças Climáticas foi o impacto mais mencionado, com 61,6% desse grupo de textos. A Perda da Biodiversidade e/ou Extinção de Espécies aparece em segundo lugar, com 23,9%.

EM BUSCA DE SAÍDAS PARA O PROBLEMA

Menos de um quarto (23,4%) dos textos analisados mencionam Soluções para o desmatamento. Esse índice é maior nos veículos de economia (32,5%) do que nos de alcance nacional e nos estaduais (20,1% e 23,7%, respectivamente).

 As soluções mais mencionadas são relacionadas a Incentivos e Projetos de Atividades Produtivas Sustentadas (40,5%) e o Governo Federal é apontado como principal responsável pelas Soluções apresentadas (54%).

REVISTAS

Em grande parte dos 25,4% de textos das revistas que mencionam Soluções, o governo brasileiro é apontado como principal responsável por desenvolvê-las e/ou implementá-las (61%). Somados aos índices relativos aos Executivos Municipal e Estadual, temos um total de 67,8%.

- As esferas executivas federal, estadual e municipal somadas chegam a 67,9% dos textos.
- O Setor Produtivo aparece em 10,3% dos textos que abordam soluções - com uma performance um pouco melhor nos veículos de economia.

A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

QUEM FALA E QUEM CALA

O Governo Federal e seus órgãos são as fontes de informação mais consultadas pelos diários brasileiros: em 29,8% dos textos analisados na pesquisa. O desequilíbrio em relação à atenção dada ao Setor Privado confirma a prática de um jornalismo excessivamente centrado nos gabinetes públicos.

- O Ministério do Meio Ambiente lidera a lista das fontes de informação consultadas, com presença em 14,2% das matérias analisadas. Em seguida - e bem à frente de outras instâncias - aparece o Executivo Federal como um todo (11,3%). Os órgãos do Executivo Estadual também são ouvidos em 11,3% das matérias pesquisadas.
- As organizações da Sociedade Civil foram ouvidas em 15,6% do total de textos dos jornais.
 As voltadas diretamente a causas ambientais foram ouvidas em 12,3% das matérias.
- Os jornalistas ouvem pouco o Setor Privado. Somente 11,5% do universo dos textos trazem o ponto de vista da iniciativa privada. Produtores rurais são ouvidos como fonte de informação em menos de 3% dos textos.
- Apenas 17,2% do material analisado inclui algum tipo de divergências de opiniões fato diretamente relacionado ao baixo índice de pautas investigativas.

QUEM É REFERÊNCIA PARA A IMPRENSA?

Para além das consultas feitas diretamente às fontes, a metodologia de análise buscou saber

também quais atores são citados pelos jornalistas. Os órgãos do Poder Executivo Federal aparecem em 60,6% do total de textos, o que os coloca no topo da lista dos atores-chave mencionados pela imprensa, sendo que o Ministério do Meio Ambiente está presente em 18,6% deles.

- O Executivo Estadual aparece em 23,3% das matérias, refletindo as políticas cada vez mais descentralizadas de combate ao desmatamento. As organizações da sociedade civil são citadas em 13,7%.
- O Setor Privado aparece em 21% do universo pesquisado, incluídas as associações empresariais, médios e grandes produtores (10,1%). Nos jornais econômicos, o Setor Privado é mencionado em 27,5% da cobertura.
- Avaliados como categoria independente, por se aproximarem muito mais da agricultura familiar, os Pequenos Agricultores aparecem em 5,8% dos textos pesquisados.

REVISTAS

De maneira geral, a cobertura das revistas é mais qualificada no que diz respeito à atenção dada a atores não ligados ao Executivo Federal. As várias esferas de governo ainda são as fontes de informação mais consultadas (50%), mas os textos envolvem a consulta e a menção a um número maior de atores em seu processo de elaboração. Isso é evidenciado pelo fato de 31% do material analisado nas revistas apresentarem divergências de opiniões.

A PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

O foco institucional da cobertura sobre desmatamento é majoritariamente associado ao Poder Executivo (49,6%), seguido de longe por um enquadramento temático – ou seja, explora certo tema sem associá-lo a indivíduos ou grupos específicos (9,6%). A perspectiva das organizações da sociedade civil vêm na terceira colocação (8%).

- Mais de dois terços das matérias possuem um caráter nacional ou seja, deixam de contextualizar que parte da Amazônia está localizada fora do país: 86,4% dos textos são focados apenas no Brasil; 11,9% enfocam o Brasil e outros países fora da Amazônia Internacional.
- Os outros países da Amazônia aparecem associados a textos sobre o desmatamento em apenas 1,4% da amostra.

REVISTAS

Menos atreladas às ações factuais, oferecem maior destaque à perspectiva temática (não institucional), a qual representa 24,6% de seu enquadramento jornalístico – contra 9,6% na média dos jornais.

A PAUTA DO PPCDAM

SEM CONHECIMENTO, NÃO HÁ COBRANÇA

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal foi a resposta do governo federal ao cenário de descontrole do problema do início dos anos 2000. Porém, a imprensa brasileira não despertou para a relevância estratégica do PPCDAm, citado explicitamente em apenas 0,5% das matérias avaliadas.

As poucas menções não significam que os temas relacionados aos eixos do Plano deixem de marcar presença na cobertura - estas questões surgem em proporções que refletem com precisão o grau do esforço empreendido até agora pelo governo em cada dos três eixos:

- 47% das matérias analisadas abordam ações relacionadas ao eixo de Monitoramento e Controle Ambiental. De acordo com vários estudos e avaliações, esta foi a área em que o PPCDAm mais avançou.
- Iniciativas relacionadas ao Ordenamento Territorial estão presentes em 22% dos textos do universo analisado.
- Ações de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis foram menos abordadas pelos jornalistas e representam apenas 17% da amostra, o que espelha a realidade do PPCDAm: de acordo com avaliações, esse foi o eixo do plano que menos evoluiu ao longo dos anos.

INTRODUÇÃO

bioma Amazônia ocupa praticamente metade do território brasileiro – o valor exato é 49,2%. Apesar disso, em quatro décadas, a partir dos anos 1970, 17% da sua cobertura florestal foi suprimida sem que o assunto ganhasse a dimensão correspondente à sua importância para o País.

A realidade é que a Amazônia é nossa, mas fica muito longe do cotidiano da maioria dos brasileiros. "Mas se a Amazônia é nossa, por que não cuidamos dela?", perguntava Eliane Brum em sua coluna na revista Época, no dia 6 de junho de 2011. Porque, segundo a própria articulista, para boa parte dos cidadãos, a floresta não passa de uma abstração. Fica mais longe que Miami e Cancun e não é cogitada nem como destino de férias. É caro ir para a Amazônia. E ir para onde? Subir o rio Negro, descer o Solimões? Quantos brasileiros sabem que na Reserva Extrativista em que Chico Mendes e Marina Silva faziam os "empates" hoje há uma pousada e ecoturismo? Quantos brasileiros já ouviram falar de Mamirauá?

Esta análise sobre "O Desmatamento na Amazônia e a Imprensa Brasileira" pretende demonstrar que a cobertura jornalística sobre o desmatamento na região também tem dificuldades em se aproximar da Amazônia. A pesquisa, realizada pela ANDI – Comunicação e Direitos, com o apoio da Climate and Land Use Alliance (CLUA), entre os anos de 2007 e 2012, mostra que há poucas matérias sobre o assunto na mídia brasileira, fato compensado em parte pelos resultados dos jornais de circulação nacional.

Com raras e honrosas exceções, a cobertura tem como fonte de informação e foco as ações governamentais, sobretudo do Governo Federal em Brasília, lembrando a cobertura sobre assuntos relacionados à América do Sul por correspondentes estrangeiros sediados em Miami, como ocorria até pouco tempo na imprensa norte-americana e europeia. A análise evidenciou a dificuldade do acompanhamento dos acontecimentos em campo, onde o desmatamento ou os programas e políticas de enfrentamento estão ocorrendo.

Seis meses depois da publicação da coluna de Eliane Brum, em 20 de dezembro de 2011, Leão Serva escrevia, em artigo na seção Opinião, da Folha de S.Paulo: "A Amazônia tem câncer e a opinião pública não sabe por que a imprensa está míope". E criticava duramente a separação de notícias por editorias que levou o jornal a inserir reportagem sobre as obras de infraestrutura do PAC para a Amazônia na seção "Mercado", muito longe da editoria de "Ciência", na qual outro texto revelava redução de gastos em conservação, apesar do aumento das obras. Consequentemente, o leitor teve dificuldade de visualizar a questão de forma mais ampla e para relacionar o conteúdo das duas matérias, publicadas no mesmo dia. Na verdade, a imprensa não tem conseguido associar o desmatamento ao debate sobre desenvolvimento sustentável.

Além disso, apesar de ser considerada um ator relevante e, inclusive, como tendo importante papel no processo de desmatamento, a iniciativa privada é pouco ouvida em relação a essa responsabilidade e pouco cobrada a se explicar.

DIFERENTES AMAZÔNIAS

Bacia Amazônica: Cobre 5% da superfície terrestre e sua malha de 25 mil Km de rios navegáveis se estende por nove países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, República da Guiana, Guiana Francesa (território da França), Suriname, Peru e Venezuela. Entre 15% e 20% da água doce despejada nos mares da Terra saem da bacia Amazônica. A vazão é maior do que as dos rios Congo, Ganges, YangTsé, Mississipi, Orinoco, Paraná/Prata e Mekong juntos.

Bioma Amazônia: Formado por regiões com clima, vegetação, fauna e ecossistemas semelhantes, ocupa 4,2 milhões de Km² no Brasil e abrange os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima e partes de Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.

Amazônia Legal: Conceito instituído em 1953 para definir e planejar o desenvolvimento da região. Seus limites foram alterados várias vezes em função de mudanças na divisão política do País. Ocupa 5 milhões de Km² e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso) e parte do Maranhão.

(Fontes: Fundo Amazônia, WWF, Rainforest Foundation, IBGE, Ipea, Sudam)

Mesmo em relação às políticas públicas, a imprensa não tem acompanhado a principal delas voltada para o enfrentamento do problema, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), pouquíssimo mencionado nas matérias, embora boa parte delas aborde aspectos dos eixos que o norteiam – Monitoramento e Controle Ambiental, Ordenamento Territorial e Ações de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis, com bem menos destaque para este último.

Estaria a imprensa tendo dificuldades em colocar a Amazônia ao alcance dos leitores?

A imprensa pode estimular a discussão sobre o tema com notícias, investigações e interpretações. Isso porque seu papel vai além de informar pessoas e organizações. Importante ator social, a mídia é espaço para dar visibilidade a fatos, temas e pessoas, bem como de definição e defesa de interesses e de mediação de conflitos. Em outras palavras, o jornalismo tem o poder de selecionar e hierarquizar questões, definindo urgências e prioridades, canalizando demandas e cobrando respostas dos poderes constituídos.

Ao trazer a análise da cobertura do desmatamento, a ANDI espera contribuir com a reflexão sobre essa questão e trazer elementos que apoiem uma cobertura jornalística cada vez mais qualificada, independente e plural, cumprindo, portando, o papel de aproximar essa parte do Brasil ao segmento da sociedade que não a conhece, mas sabe de sua importância.

E qual é mesmo a importância da Amazônia?

A Amazônia, na verdade, é plural e tem muitas "faces": a dos ribeirinhos, comunidades extrativistas, quilombolas e indígenas; a dos mineradores e produtores rurais grandes e pequenos; a dos assentados da Reforma Agrária. Temos ainda a Amazônia dos centros urbanos e das reservas florestais, de árvores que tocam o céu e da maior biodiversidade do planeta, com suas onças, botos cor-de-rosa e frutas exóticas. Há, também, a Amazônia de potencial energético imensurável e de incalculáveis riquezas minerais. E, desde sempre, temos a Amazônia dos madeireiros e das serrarias – que agora, por serem portáteis, impulsionam o desmatamento seletivo, bem mais difícil de detectar e combater.

ONDE TUDO É SUPERLATIVO

Na Amazônia, está o maior estado brasileiro, o Amazonas, com mais de 1,5 milhão de Km², área superior à das regiões Sul e Sudeste somadas. Lá está o maior município brasileiro, Altamira, no Pará, que, com seus 159,5 mil Km², é mais extenso que Portugal e que dez dos estados brasileiros. O segundo, o terceiro e o quarto maiores municípios do País também ficam na Amazônia: Barcelos e São Gabriel da Cachoeira (Amazonas) e Oriximiná (Pará).

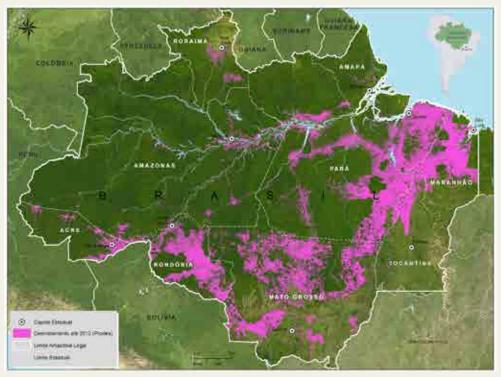
E qual é o tamanho da floresta? No Brasil, segundo o IBGE, ela corresponde à extensão da Bacia Amazônica, ocupando 3,8 milhões Km². Já para o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a vegetação natural cobre 64% dos nove estados da Amazônia Legal, alcançando 3,3 milhões de Km². Se olharmos para além de nossas fronteiras, a Amazônia surge como a maior floresta tropical úmida do mundo, agindo como reguladora do clima e afetando o regime das chuvas em grande parte do continente.

Mas ali também estão cidades grandes, como Belém (a décima maior do País, com seus mais de 2 milhões de habitantes) e Manaus (sétima maior capital, com população de 1,8 milhão). Da mesma forma, se encontram em um estado amazônico — o Pará — o município com o maior rebanho bovino do Brasil (São Félix do Xingu) e o lanterninha do Índice de Desenvolvimento Humano do País (Melgaço).

Na Amazônia, acontecem alguns dos mais graves conflitos de terra do Brasil, frequentemente envolvendo assassinatos de lideranças rurais e comunitárias e a ação de grileiros, madeireiros e fazendeiros que impulsionam a expansão das fronteiras agrícola e pecuária. E estão na Amazônia tanto os megaprojetos de geração de energia (Belo Monte e rios Madeira e Tapajós) quanto as longas estradas rumo ao interior (Transamazônica, BR-163, BR-319).

Essa diversidade está diretamente relacionada ao fato de a Bacia Amazônica se estender pelo território de nove países, cobrindo área que corresponde a dois quintos da América do Sul e formando a maior rede hidrográfica do planeta. São quase 7 milhões de Km², com 3,8 milhões deles em território brasileiro. O bioma amazônico ocupa metade do País, e a Amazônia Legal – uma criação do governo brasileiro na tentativa de reunir regiões com problemas econômicos sociais e políticos semelhantes – cobre também áreas de Cerrado e Pantanal, abrangendo 775 municípios e um terço de todas as árvores do planeta. Se fosse um país, a Amazônia Legal seria o sexto maior do mundo.

Desmatamento acumulado na Amazônia Legal até 2012



(Fonte: Imazon)

O desmatamento e sua história

Biodiversidade, madeira, minério, conhecimentos tradicionais estão entre as principais riquezas da Amazônia que, desde a época do descobrimento do Brasil, são alvo de interesses econômicos e políticos nacionais e estrangeiros.

Assim, a exploração a qualquer custo dos recursos naturais não renováveis e, consequentemente o desmate da cobertura florestal, se mantêm há décadas na região, seguindo um modelo de desenvolvimento exploratório ultrapassado.

Porém, para entender melhor o desmatamento é preciso retomar os principais fatos históricos ligados à sua trajetória, resumida aqui em três grandes períodos:

 Do Governo Vargas até a década de 1970: Estímulo à "Marcha para o Oeste", quando foram dados incentivos governamentais para que a floresta fosse explorada. A partir do final dos anos 1960, na época da ditadura militar, o lema era "Integrar para não entregar". Começaram as grandes obras rodoviárias e a Transamazônica foi inaugurada. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) ofereceu uma série de incentivos aos interessados em produzir na região. Surgiram os primeiros conflitos fundiários.

- Anos 1980 e 1990: A Amazônia e seus problemas ganharam destaque com o assassinato do líder sindical Chico Mendes, em 1988. A Rio-92 fez com que a preocupação com a região aumentasse. A derrubada das florestas, porém, continuou a crescer, com a expansão da produção de soja e da pecuária. As ONGs ganharam espaço e a sociedade civil começou a se mobilizar e a pressionar os governos.
- Início dos anos 2000: Índices recordes da taxa de desmatamento foram registrados. Em 2003, o recém-iniciado Governo Lula gerou como resposta a criação, em 2004, do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), composto por mais de 200 iniciativas envolvendo ordenamento territorial, monitoramento e uso e produção sustentável da floresta.

Seria impossível elencar nesse último bloco todos os fatos importantes iniciados e em curso nesta última década. Afinal, os anos 2000 trouxeram um boom de iniciativas, fruto do crescimento da agenda ambiental em nível internacional, e o Brasil não poderia ficar inerte ao novo cenário que se configurava. Além do PPCDAm, elenca-se abaixo outros destaques do período:

- Plano Amazônia Sustentável (PAS): Lançado em 2004, é um plano estratégico, que tem como objetivo definir as diretrizes para o desenvolvimento sustentável, mas que foi sendo esquecido ao longo do tempo, devido a mudanças políticas e alterações de gestão.
- Lei nº 11.284/2006: Mais conhecida como Lei da Gestão de Florestas, estabelece regras para a concessão da gestão de florestas públicas brasileiras para a exploração de seus recursos pela iniciativa privada, condicionada a um Plano de Manejo Florestal Sustentável.
- Criação do Fundo Amazônia, em 2008: Com o objetivo de captar doações para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia.



PRODES

O Prodes é a mais antiga e uma das mais importantes bases de dados do País, mantendo série histórica da taxa anual do desmatamento em toda a Amazônia Legal. Teve início em 1988, mas seus primeiros dados remontam ainda à década de 1970. Esse sistema mapeia o corte raso acima de 6,25 ha em florestas da Amazônia Legal, não contabilizando áreas degradadas.

Desde 2003, com a migração do Prodes para uma plataforma digital, outros órgãos governamentais podem acessar seus dados, que estão disponíveis gratuitamente na internet. Essa medida foi um dos fatores fundamentais para a compreensão da dinâmica do desmatamento e, principalmente, permitiu intervenção mais consistente da fiscalização ambiental.

- Plano e Política Nacional de Mudanças Climáticas: Lançados em 2008 e 2009, respectivamente, com metas de redução de 80% do desmatamento na Amazônia até 2020, em relação aos índices de 2005.
- A própria atualização do PPCDAm: Incluiu o incentivo aos Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento e, a partir de 2012, entrou em seu terceiro período de execução.

Além disso, as organizações não governamentais começam a se articular por meio de projetos na região, o que gera maior pressão para atender à necessidade de novas políticas públicas para a gestão florestal, a regularização fundiária e o ordenamento territorial.

A IMPRENSA NO ENCALÇO DA POLÍTICA

Com o anúncio, em junho de 2003, dos dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes) – para o período agosto de 2001 a julho de 2002 –, que apontou um aumento do desmatamento de 36% em relação ao período anterior, o Governo Federal se viu com a imagem comprometida e sentiu-se obrigado a dar uma resposta rápida à situação.

O Ministério do Meio Ambiente conseguiu convencer o núcleo central do governo de que o desmatamento não se tratava de um problema a ser enfrentado unicamente pela área ambiental. Daí foi criado, em julho daquele ano, um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e formado por 13 ministérios distintos, para elaborar ações destinadas a diminuir a perda florestal (veja mais em "Resposta ao desmatamento").

O resultado do trabalho foi a criação do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, que centraliza, atualmente, a gestão das políticas públicas de combate ao desmatamento. É por isso que, para efeito desta análise de mídia, tomamos o PPCDAm como referência para o comportamento editorial da imprensa brasileira quando o tema é o desmatamento na Amazônia.

METODOLOGIA

O desmatamento na mídia brasileira: um diagnóstico quanti-qualitativo

A análise da cobertura do desmatamento da Amazônia pela mídia brasileira realizada pela ANDI se estendeu por seis anos (2007 a 2012) – período marcado por fatos especialmente relevantes para a agenda do combate ao desmatamento no Brasil – e teve como foco a produção de 44 jornais diários das diversas regiões do País e das quatro principais revistas noticiosas semanais.

Como a pesquisa foi realizada

A metodologia adotada pela ANDI em seus estudos sobre a cobertura noticiosa dos principais temas da agenda socioambiental está fundamentada nos princípios da Análise de Conteúdo. Entre outros aspectos relevantes, esse método de investigação permite:

- Sistematizar e descrever quantitativamente os conteúdos abordados pela mídia;
- Identificar e quantificar a ocorrência de características específicas do trabalho jornalístico;
- Fazer inferências a respeito da mensagem e dos significados presentes.

Diferentemente dos modelos de estudo sobre o discurso, a Análise de Conteúdo não busca identificar subjetividades, intencionalidades e potencialidades presentes nos recursos linguísticos empregados.

Conforme Rosa Moinho (2006)¹, a Análise de Conteúdo permite não apenas captar informações explicitamente apresentadas nos textos, mas tam-

¹ Rosa Moinho e outros, Sociologia 12, Plátano Editora, 2006, pp. 79-80.

bém as ideias implicitamente associadas aos conteúdos dispostos. Para tanto, algumas etapas básicas devem ser cumpridas, como a definição do universo a ser investigado, a leitura prévia do material, a identificação dos elementos de análise, a tabulação dos dados e, finalmente, a interpretação dos resultados.

Universo de análise

A investigação compreende o monitoramento de 44 jornais (quatro de alcance nacional, dois econômicos e 38 regionais, representando 24 estados brasileiros e o Distrito Federal) e quatro revistas semanais, entre janeiro de 2007 e dezembro de 2012. Buscou-se oferecer visões em separado sobre essas distintas categorias de veículos sempre que houvesse relevância nos dados.

Foram analisadas não apenas as matérias com foco central no fenômeno, mas textos (reportagens, artigos, entrevistas, editoriais, colunas ou notas de colunas assinadas, cartas de leitores) sobre diversos temas, desde que mencionassem, ainda que lateralmente, o desmatamento na Amazônia.

As matérias nas quais o desmatamento aparecia de forma lateral (com menos de 500 caracteres de menção ao tema) – o que tecnicamente se convencionou chamar de conteúdo com "abordagem lateral" – foram avaliadas parcialmente. Ou seja, apenas uma parte do questionário utilizado na Análise de Conteúdo foi aplicada nesse tipo de texto.

Notícias com menos de 500 caracteres no total não foram consideradas no estudo.

Modelo amostral

No caso dos jornais, devido ao grande volume de matérias produzidas ao longo dos seis anos analisados, foi necessário utilizar um método de amostragem para alcançar um conjunto de dimensão mais adequada ao complexo processo de classificação aplicado aos textos.

O modelo, conhecido como Mês Composto, trabalha com 31 dias extraídos ao longo de um ano, segundo parâmetros específicos, que envolvem a escolha aleatória e o equilíbrio entre os sete dias da semana. Nos seis anos analisados (2007 a 2012), portanto, foi selecionado um total de 186 dias.

Dessa maneira, chegou-se a uma amostra de 1.181 textos que foi objeto de análise (322 publicados em jornais de circulação nacional, 773 nos de abrangência local/regional e 86 em jornais especializados em economia). Essa amostra corresponde, segundo projeções, a um total de 14.172 textos publicados pelos 44 diários no período estudado.

Por apresentarem periodicidade semanal – o que se reflete em um volume menor de conteúdo publicado ao longo do ano –, as revistas foram analisadas na sua integralidade, dispensando a aplicação do modelo amostral.

A seleção de notícias

O levantamento utilizou ferramenta de busca eletrônica, a partir de palavras-chave relacionadas a desmatamento e uso do solo. Numa segunda etapa, o material localizado eletronicamente foi triado por pesquisadores treinados, para selecionar as matérias que abordam explicitamente uma ou mais questões pertinentes ao desmatamento e ao uso do solo na Amazônia, ainda que de forma lateral.

Uma equipe de especialistas no tema contribuiu na estruturação do questionário de classificação aplicado a cada uma das notícias que trataram o tema com maior profundidade.

Neste instrumento está contemplado, além de módulo com questões mais estreitamente relacionadas a aspectos jornalísticos, um conjunto de variáveis específicas que objetivam avaliar, com o máximo de acuidade possível, os elementos que estiveram ou deveriam estar presentes nessa discussão. Entre outros, integram o questionário os seguintes aspectos:

- Foco central da notícia;
- Temas de apoio (ou secundários);
- Perspectiva (enquadramento) institucional da notícia;
- Aspectos geográficos;
- Questões sobre monitoramento e controle;
- Questões sobre ordenamento fundiário e territorial;
- Questões sobre fomento a atividades produtivas sustentáveis;
- Questões sobre mudanças climáticas;
- · Questões relacionadas a financiamento e orçamento;
- Menção a modelos de desenvolvimento;
- Menção a indicadores e estatísticas;

- Menção ao marco legal;
- Menção a políticas públicas;
- Menção a causas, soluções e impactos;
- Fontes de informação consultadas;
- Públicos mencionados;
- Atenção dada a três setores específicos: poder público, sociedade civil e setor empresarial;
- Formato jornalístico dos textos.

Dados gerais da cobertura

Ao longo dos seis anos analisados, a média publicada pelos 44 jornais da amostra foi de 0,2 matérias por dia, o que equivale a pouco mais que uma matéria por semana (1,2). Trata-se de uma quantidade bastante reduzida quando comparada com os resultados encontrados em outras pesquisas conduzidas pela ANDI. Em 2007, por exemplo, a média de notícias encontrada na cobertura da imprensa sobre Ciência, Tecnologia e Inovação foi de 0,7 texto/dia. Já em 2009, a análise do noticiário sobre Infância e Racismo registrou uma média de 1,6 textos diários.

No entanto, é clara a dedicação superior dada ao tema pelos jornais de circulação nacional: uma média de três matérias por semana. Veremos ao longo desta análise que, na maioria das vezes, os indicadores de qualidade da informação referentes a esse grupo de diários tende a superar os dos meios estaduais.

Tabela 1 – Distribuição de matérias sobre desmatamento, por tipo de jornal

Estimativas [*] de textos publicados	Jornais de alcance nacional (27,3% dos textos da amostra)	Jornais de âmbito regional/local (65,5% dos textos da amostra)	Jornais sobre economia" (7,3% dos textos da amostra)	Média geral
Média diária de matérias por jornal	0,4	0,1	0,3	0,2
Média semanal de matérias por jornal	3,1	0,8	1,7	1,2
Média anual de matérias por jornal	161	41	86	62
N° total de matérias analisadas***	322	773	86	1.181
Estimativa total de matérias publicadas***	3.864	9.276	1.032	14.172

^{*}Estimativa calculada a partir da amostra de 1.181 textos.

^{**} As estimativas calculadas para os jornais econômicos levam em consideração o fato do Valor Econômico/SP não circular nos finais de semana.

^{***} Valores referentes a todo o período completo de análise – 2007 a 2012.

Revistas – Foram encontradas 259 notícias sobre a temática (reportagens, artigos, entrevistas, editoriais, colunas ou notas de colunas assinadas, cartas de leitores) nas revistas semanais. Ao contrário dos diários, não foi utilizado processo de redução amostral – cada uma das edições publicadas ao longo dos seis anos foi avaliada.

Nos demais parâmetros, a metodologia de pesquisa corresponde exatamente àquela utilizada para os jornais.

Em função das características editoriais diferenciadas dos dois grupos de veículos, optou-se por apresentar a análise sobre as revistas separadamente. Dessa forma, ao longo do texto há seções específicas com os resultados observados para as semanais, sempre destacando as principais diferenças em relação aos dados e conclusões referentes aos jornais.

Tabela 2 - Veículos de circulação nacional pesquisados

Jornais de abrangência nacional	Jornais sobre economia	Revistas
Correio Brasiliense/DF	Brasil Econômico/SP	Carta Capital
Folha de S.Paulo/SP	Valor Econômico/SP	Época
O Estado de S. Paulo/SP		IstoÉ
O Globo/RJ		Veja

Tabela 3 – Veículos regionais pesquisados

Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-Oeste	Região Sudeste	Região Sul
A Crítica /AM	A Tarde /BA	A Gazeta /MT	A Gazeta /ES	Correio do Povo /RS
A Gazeta /AC	Correio da Bahia /BA	Correio do Estado /MS	Diário de S. Paulo /SP	Diário Catarinense /SC
Diário do Amapá /AP	Correio da Paraíba /PB	Diário da Manhã /GO	Estado de Minas /MG	Folha de Londrina /PR
Diário do Pará /PA	Correio de Sergipe /SE	Diário de Cuiabá /MT	Hoje em Dia /MG	Gazeta do Povo /PR
Folha de Boa Vista /RR	Diário de Pernambuco /PE	Diário de Mato Grosso do Sul /MS	O Dia /RJ	Zero Hora /RS
Jornal do Dia /AP	Diário do Nordeste /CE	Jornal de Brasília /DF	O Tempo /MG	
Jornal do Tocantins /TO	Jornal do Commercio /PE	O Popular /GO		
O Liberal /PA	Jornal Pequeno /MA			
	Meio Norte /PI			
	O Estado do Maranhão /MA			
	O Povo /CE			
	Tribuna do Norte /RN			

CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO DE ANÁLISE



Os seguintes especialistas participaram da reunião para a elaboração do questionário de análise de mídia:

Adriana Ramos – Instituto Socioambiental (ISA)

Alessandra Cardoso – Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

André Lima – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)

Carlos Rittl – WWF Brasil

Fabiana Souza – Serviço Florestal Brasileiro (SFB)

Fernanda Carvalho – The Nature Conservancy (TNC)

Francisco Oliveira - Ministério do Meio Ambiente

Maria Emília Coelho – Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Renata Camargo – Greenpeace Brasil

Além desses, os jornalistas e especialistas relacionados a seguir foram consultados ao longo do processo de elaboração do documento de análise:

Adriana Ramos – Instituto Socioambiental (ISA)

André Trigueiro – Rede Globo e CBN

Beto Veríssimo – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)

Daniela Chiaretti – Valor Econômico

Heliandro Maia – GIZ

Justiniano Netto – Programa Municípios Verdes, do Governo do Pará

Sérgio Abranches – Sociólogo e jornalista (CBN)

Sérgio Leitão - Greenpeace

Tasso Azevedo – Consultor e articulista (O Globo)

Seção 1

Características da Cobertura



Formato da cobertura sobre desmatamento na Amazônia

Embora não seja possível avaliar o conteúdo de uma notícia a partir de seu formato, esse elemento oferece um indicativo da prioridade dada pela imprensa a um determinado assunto.

Artigos e editoriais, por exemplo, costumam ocupar as páginas nobres dos jornais e são bastante lidos. Um volume significativo desse tipo de texto denota que um assunto está fortalecido na agenda dos veículos de comunicação, a partir da decisão de seus editores de opinião e editores-chefes.

Na cobertura jornalística das questões vinculadas ao desmatamento na Amazônia é possível notar que o assunto tem presença consistente nos espaços opinativos – editoriais, artigos, entrevistas e colunas somam 20% da amostra de texto dos diários analisados.

Ao mesmo tempo, em função da gravidade do tema, a presença nos editoriais poderia ser maior. Afinal, esses são os espaços nos quais ganham visibilidade os posicionamentos dos próprios veículos. É no editorial que o meio de comunicação fala em voz alta. Para efeito de comparação na pesquisa sobre a cobertura da votação do Código Florestal na Câmara

dos Deputados (realizada por ANDI e CLUA em 2011), os editoriais somaram 2,5% do total de textos.

Em outras palavras, este estudo deixa claro que, em seu espaço mais "institucional", as empresas de mídia não se posicionam de forma enfática sobre o desmatamento e seus efeitos imediatos.

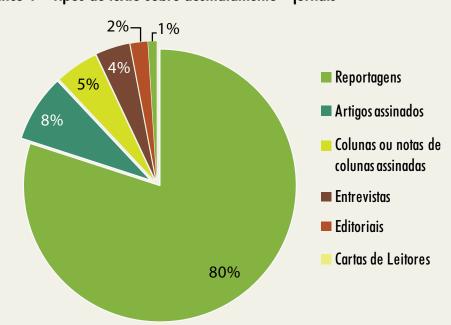


Gráfico 1 - Tipos de texto sobre desmatamento - jornais*

Densidade informativa

A qualidade de um texto jornalístico pode ser avaliada a partir de várias perspectivas. Uma delas é a densidade informativa, ou seja, sua capacidade de oferecer elementos que possibilitem o real entendimento do problema pelo leitor. A fim de analisar esse quesito, foram integrados à metodologia implementada pela ANDI dois indicadores:

- Nível de Contextualização da Notícia;
- Dimensão da Cobertura sobre Desmatamento na Amazônia.

O resultado mostra que a cobertura do desmatamento na Amazônia conta com baixo nível de contextualização, porém a dimensão das matérias pode ser considerada alta.

O indicador relacionado ao Nível de Contextualização considera a presença de cinco elementos nos textos analisados:

^{*}Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.

- Menção a algum tipo de legislação;
- Apresentação de causas relacionadas ao problema;
- Referência aos impactos gerados pelo problema;
- Citação e/ou debate de soluções para o problema;
- Menção a alguma política pública.

A partir da contabilização dessas variáveis, é possível mensurar o Nível de Contextualização da cobertura sobre o desmatamento na Amazônia¹:

- Se o texto apresenta até um vetor, seu grau de contextualização é considerado baixo;
- Caso integre dois ou três desses elementos, passa a ser classificado como de nível médio;
- Se traz quatro ou cinco, é avaliado como possuindo nível alto.

Conforme fica evidenciado na Tabela 4, o diagnóstico é pouco favorável à imprensa brasileira:

- Apenas 3,5% das matérias dos jornais apresentaram uma cobertura altamente contextualizada – um volume extremamente reduzido, se comparado à importância do tema.
- Quase dois terços do noticiário (63,9%) possui um grau de contextualização baixo – com nenhum ou apenas um dos cinco elementos analisados presentes no texto.
- Outro terço da amostra (32,5%) apresenta menção a dois ou três elementos o que garante um nível bastante razoável de contextualização a esse grupo de notícias.

Tabela 4 – Nível de contextualização das matérias sobre desmatamento – jornais*

Nível de contextualização	%	
Ваіхо	63,9%	
Médio	32,5%	
Alto	3,5%	
TOTAL	100%	

^{*}Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.

Para este grupo de variáveis não foram contabilizados os textos com abordagem lateral do tema. Assim, analisou-se 1.079 matérias e não as 1.181 do universo total.

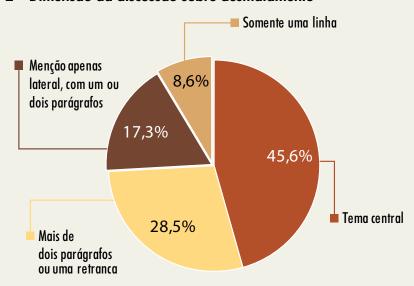
O segundo indicador – que mensura a Dimensão da Cobertura – se refere ao espaço concedido ao tema em análise (no caso, desmatamento na Amazônia) no texto como um todo. Esse indicador varia em uma escala que vai de mínima a alta, assim compreendida:

- Mínima o tema aparece em aproximadamente uma linha da matéria, de maneira absolutamente lateral;
- Mínima-Média o tema surge de maneira lateral, porém, ocupa entre um e dois parágrafos da discussão;
- Média o tema é parte importante do fato reportado ou analisado, ocupando mais parágrafos ou toda uma retranca da matéria;
- Alta o tema é o foco central da matéria.

No conjunto dos jornais, de todos os textos sobre desmatamento na Amazônia analisados, substanciais 74,1% apresentam dimensão média ou alta:

- As notícias nas quais o desmatamento ocupa posição central no texto (dimensão alta) respondem por 45,6% do universo pesquisado.
- As matérias com dimensão média somam 28,5% da amostra.
- 8,6% dos textos apresentam dimensão mínima.

Gráfico 2 – Dimensão da discussão sobre desmatamento



NAS REVISTAS

Aprofundando o debate

As revistas apresentam bom nível de densidade informativa sobre desmatamento na Amazônia. Somadas, as matérias com alta e média presença de menção ao tema chegam a 71,8% do total de textos analisados.

COMO O DESMATAMENTO ENTRA NA PAUTA DAS REDAÇÕES



A identificação dos fatores que garantem a inclusão da agenda do desmatamento na Amazônia na cobertura dos veículos é um aspecto de extrema relevância na investigação da ANDI.

Nesse sentido, as ações governamentais foram identificadas como o grande impulsionador do noticiário, tanto nos jornais de abrangência nacional e regional/estadual quanto nos veículos especializados em economia. Quase metade (47,8%) das matérias analisadas tem origem em cobertura de atos do governo.

Pautas geradas por iniciativa da própria imprensa – textos opinativos, matérias impulsionadas por ideias ou propostas das próprias redações, as poucas matérias investigativas e o acompanhamento de algum programa lançado anteriormente – respondem por apenas 14,2% do total da cobertura dos jornais brasileiros. Somente 1,1% do material analisado pode ser considerado "jornalismo investigativo".

- Pouco mais de um um terço da cobertura (36,1%) foi motivada por demandas ou ações do Poder Público¹.
- A divulgação dos procedimentos ou dos resultados de avaliações, levantamentos estatísticos ou pesquisas governamentais foi responsável por 7,9% da inclusão na pauta.
- O anúncio de lançamento de um novo programa ou política governamental impulsionou 3,8% do material analisado.
- O acompanhamento de um programa ou política previamente lançado motivou 1,9% dos textos.

Outros 8,4% do noticiário tiveram como elemento impulsionador a divulgação de dados sobre desmatamento. Jornais de abrangência nacional e regional/estadual garantem maior visibilidade a esse conteúdo: 9,5% e 8,7% de suas coberturas sobre o tema, respectivamente, contra 2,5% dos veículos especializados em economia.

- A repercussão de eventos específicos, como congressos e seminários, motivou a realização de 10,1% das matérias analisadas. Com destaque para os jornais econômicos, cujo índice foi de 18,8%.
- Os resultados também mostram que a sociedade civil, embora muito citada e ouvida, não emplaca um volume expressivo de matérias. Suas demandas e ações impulsionaram apenas 4,6% da cobertura. Os veículos regionais/estaduais são os principais responsáveis por responderem a esse pleito: 5,8% do total, contra 2,4% dos de alcance nacional e 2,5% dos jornais especializados em economia.
- As demandas e ações do setor privado motivaram 5,8% da cobertura. Ao olharmos apenas para os veículos de economia, o setor motiva 18,8% do noticiário, contra 5,8% nos jornais de abrangência nacional e 4,4% nos regionais.

¹ Aqui entram todas as matérias que repercutem uma ação do poder público ou uma demanda apresentada por ele, como, por exemplo, as ações de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Essas ações, neste trabalho, não incluem o lançamento de um novo programa, a avaliação/acompanhamento de um programa já existente ou a divulgação de dados oficiais sobre monitoramento do desmatamento, analisados separadamente.

Tabela 5 – Como se dá a inclusão na pauta, por tipo de jornal*

Inclusão na pauta	Jornais de alcance nacional	Jornais de âmbito regional/local	Jornais sobre economia	TOTAL
Demandas/ações do poder público	33,3%	38,2%	27,5%	36,1%
Iniciativas da própria imprensa	15,3%	9,2%	13,8%	11,2%
Repercussão de eventos específicos ligados à área (congressos, seminários, prêmios, cursos)	10,2%	9,1%	18,8%	10,1%
Divulgação de dados sobre desmatamento	9,5%	8,7%	2,5%	8,4%
Divulgação dos procedimentos ou dos resultados de avaliações, levantamentos estatísticos ou de resultados de pesquisas governamentais	8,2%	8,2%	3,8%	7,9%
Demandas/ações do setor privado	5,8%	4,4%	18,8%	5,8%
Demandas/ações da sociedade civil (ongs, fundações, associações, igrejas)	2,4%	5,8%	2,5%	4,6%
Anúncio do lançamento de um novo programa/política	2,7%	4,4%	2,5%	3,8%
Demandas/ações dos organismos internacionais	1,7%	2,4%	0,0%	2,0%
Acompanhamento do andamento de um programa/política previamente lançado	1,7%	2,0%	2,5%	1,9%
Repercussão de histórias individuais	1,7%	2,3%	0,0%	1,9%
Matéria investigativa	0,7%	1,1%	2,5%	1,1%
Repercussão de outras mídias	1,0%	0,6%	0,0%	0,6%
Não foi possível fazer a aferição	5,8%	3,7%	5,0%	4,4%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

^{*}Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.



METODOLOGIA

Os dados do monitoramento

O baixo volume de matérias motivadas por "divulgação de dados sobre desmatamento" acontece porque, embora haja, nas ocasiões de lançamentos de dados, fartura de cobertura em quase todos os meios, os lançamentos são episódicos. Assim, a metodologia amostral de Mês Composto – adotada pela pesquisa – não captura todos os eventos relacionados à divulgação dos dados.

NAS REVISTAS

Iniciativa própria

A pauta das revistas também é motivada por iniciativas governamentais, embora em menor proporção que a dos jornais: 37,5% contra 47,8%.

• As publicações semanais, por sua própria natureza, são obrigadas a ir além do factual: mais de um quarto da pauta foi gerada por iniciativa das redações: 27,5% — dos quais as "matérias investigativas" (de aprofundamento) participam com 4,7%.



Desmatamento entra na pauta

O volume de textos sobre desmatamento na Amazônia publicado pelos diários não permaneceu homogêneo ao longo do período analisado. A cobertura cresceu significativamente entre 2008 e 2009 e, desde então, entrou em declínio. Menos de 10% das matérias analisadas foram publicadas no último ano da pesquisa.

Essa maior concentração de textos em 2008 e 2009 corresponde à expressiva quantidade de fatos, situações e histórias relacionadas ao tema. Isso aconteceu porque, em 2007, as taxas de desmatamento voltaram a crescer na esteira do aumento dos preços internacionais de commodities. Como reação, o governo editou o Decreto nº 6.321, que trazia medidas mais rigorosas de combate ao desmatamento. Os atos administrativos que o seguiram municipalizaram o combate ao desmatamento, com foco em municípios críticos.

Em março de 2008, o Ministério do Meio Ambiente publicou a primeira lista de 36 municípios mais desmatados na Amazônia e a utilizou para restringir autorizações de novos desmatamentos e focar a fiscalização. O Ibama aumentou em 53% o número de áreas embargadas de bens apreendidos nos

municípios da lista em 2008, em comparação ao ano anterior. O governo também simplificou as regras para facilitar as sanções de efeito imediato, como doação e leilão de bens apreendidos e, em junho, apreendeu e leiloou nada menos de 3 mil cabeças de gado, encontradas na Estação Ecológica Terra do Meio, no Pará.

Tabela 6 – Distribuição da cobertura dos jornais no período de 2007 a 2012

Ano	%
2007	15,2%
2008	23,5%
2009	22,7%
2010	15,5%
2011	14,3%
2012	8,7%
TOTAL	100%

Foram anos ricos em pautas ligadas à questão do desmatamento na Amazônia e decisivos para que o Brasil começasse a reduzir suas taxas gigantescas de derrubada da floresta. Mas, desde então, relativamente, houve queda constante na produção de material jornalístico sobre desmatamento na Amazônia (que começou em 2009 e se acentuou em 2012) em relação ao ano anterior, apesar do aumento da cobertura relativa às mudanças aprovadas no Código Florestal.

- Em 2011, o principal tema das matérias que mencionam o desmatamento foi o Código Florestal, cujo novo texto tramitava no Congresso Nacional.
- Ainda em 2011, a Violência no Campo ocupa o segundo lugar – único ano em que aparece expressivamente. Nesse período, ocorreu recrudescimento de assassinatos em áreas rurais. A morte do casal de trabalhadores rurais José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, considerados símbolo de resistência contra a exploração madeireira no sudeste do Pará, chamou bastante a atenção da imprensa.
- Em 2012, a questão da Energia, que até então era menos recorrente entre os temas principais das matérias sobre desmatamento, ocupou maior espaço. É possível fazer ligação com a mobilização contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e outras usinas planejadas para a Amazônia.



CONTEXTUALIZAÇÃO

Impactos do Novo Código Florestal

A Lei n° 12.651, que modificou o Código Florestal de 1965, foi sancionada em maio de 2012 e ficou conhecida como Novo Código Florestal. Ela flexibilizou o texto original, consolidando desmatamentos anteriores a julho de 2008 e reduzindo o tamanho das Áreas de Proteção Permanente (APPs). Com o lançamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Novo Código começa a ser implementado: as 5,4 milhões de propriedades rurais do País terão que ser cadastradas em dois anos. Não há cálculos precisos sobre o tamanho do passivo a ser recuperado nem prazo para a recuperação das APPs, cujo critério será definido por cada estado. A Reserva Legal deve ser recuperada ou compensada no prazo de 20 anos.

O QUE É...

Área de Preservação Permanente (APP) - Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar dos grupamentos humanos.

Reserva Legal (RL) – Área de vegetação nativa localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. O novo Código Florestal manteve os percentuais obrigatórios de 20% a 80% da área das propriedades, de acordo com o bioma.

Cadastro Ambiental Rural (CAR) – É um registro georreferenciado por satélite de todos os imóveis rurais brasileiros que foi regulamentado durante o processo de revisão do Código Florestal. A partir do momento em que se der a efetiva operacionalização do cadastro eletrônico (programada pelo Ministério do Meio Ambiente para o final de 2013), produtores rurais terão um ano, prorrogável por mais um, para realizar a regulamentação ambiental de suas propriedades.

O cadastramento será realizado pelos estados, mas os programas serão unificados e irão garantir que as informações sejam analisadas conjuntamente. Vale ressaltar que o CAR irá registrar as APPs e RL das propriedades rurais, obrigando também os produtores a regularizar sua situação caso apresentem déficits nesses quesitos. Os produtores rurais que não se regularizarem perderão acesso a créditos bancários a partir de 2017.



Acompanhamento do CAR

É muito importante que a imprensa acompanhe de perto a operacionalização do Cadastro Rural Ambiental (CAR) no nível nacional – a ferramenta online Sistema Integrado do Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) deveria ser lançada em dezembro de 2013 – e os dois anos de prazo dados pelo novo Código Florestal para que todas as 5,4 milhões de propriedades rurais do País sejam cadastradas e tenham suas APPs e Reservas Legais indicadas.

Da mesma forma, é necessário acompanhar como os estados, por meio de Planos de Regularização Ambiental (PRAs), irão estabelecer e monitorar a recuperação de áreas degradadas. Vale assinalar que um ano e meio após a aprovação do Novo Código, poucos estados contam com o PRA. Muitos esperam pelo SiCAR, do Governo Federal, para iniciarem o processo de regularização.



Os assuntos mais recorrentes

De acordo com a metodologia adotada pela ANDI, um assunto é identificado como o Tema Principal de uma notícia sempre que ocupar o maior espaço no texto analisado, em comparação aos demais aspectos discutidos. Para cada matéria é, obrigatoriamente, escolhido um único Tema Principal.

Adicionalmente, o texto pode apresentar um ou mais Temas de Apoio, que abrangem todos os demais assuntos presentes na notícia. Enquanto o Tema Principal garante a identificação das agendas mais privilegiadas pela imprensa, os Temas de Apoio evidenciam quais aspectos foram tratados transversalmente, como agendas secundárias.

Nos textos sobre desmatamento na Amazônia publicados nos diários que integram o grupo monitorado, três questões se sobressaem como Tema Principal, com percentuais bastante similares:

- Mudanças Climáticas 12,3%
- Desmatamento em Si 11,7%
- Políticas Ambientais 11,2%

Além dessas, destacam-se também:

• Agropecuária: 9,7%

• Questões Políticas: 8,4%

• Questões Agrárias/Fundiárias: 5,7%

• Meio Ambiente em Geral: 4,2%

• Ciência e Tecnologia: 4,1%

• Economia: 3,2%

Tabela 7 – Tema Principal das matérias de jornais que tratam de desmatamento na Amazônia, desagregado por ano

	Tema principal	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
1	Desmatamento em si	11,1%	16,2%	12,3%	10,9%	8,3%	12,6%	12,3%
2	Clima/Mudanças climáticas	19,4%	8,3%	21,3%	4,9%	3,6%	7,8%	11,7%
3	Políticas ambientais	8,9%	15,1%	10,8%	13,1%	5,9%	10,6%	11,2%
4	Agropecuária	10,6%	7,6%	8,6%	15,3%	8,9%	7,8%	9,7%
5	Questões políticas	5,6%	9,8%	9,3%	10,4%	5,9%	7,8%	8,4%
6	Questões agrárias/ Fundiárias	1,7%	5,8%	4,9%	7,7%	5,9%	10,7%	5,7%
7	Ciência e tecnologia	8,3%	2,9%	4,1%	4,4%	4,1%	1,0%	4,2%
8	Meio ambiente em geral	2,8%	9,0%	0,7%	3,3%	4,7%	1,9%	4,1%
9	Economia	1,7%	4,3%	2,6%	4,4%	3,0%	2,9%	3,2%
10	Energia	3,9%	1,4%	1,9%	3,3%	3,0%	8,7%	3,0%
11	Questão indígena	4,4%	2,2%	3,7%	1,1%	3,0%	3,9%	3,0%
12	Desenvolvimento	0,0%	1,4%	1,5%	4,9%	3,0%	4,9%	2,3%
13	Financiamento	1,7%	1,8%	4,5%	1,6%	2,4%	0,0%	2,3%
14	Infraestrutura/Grandes obras/ PAC	1,1%	2,2%	3,0%	1,6%	2,4%	2,9%	2,2%
15	Marco legal/Código Florestal	0,0%	0,7%	0,4%	0,5%	11,8%	0,0%	2,0%
16	Mineração	5,0%	1,1%	0,4%	0,5%	2,4%	2,9%	1,8%
17	Violência no campo	1,7%	0,4%	0,0%	0,0%	9,5%	0,0%	1,7%
18	Indústria	1,7%	0,7%	1,9%	0,0%	1,8%	2,9%	1,4%
19	Mobilizações/ Movimentos sociais	3,3%	0,7%	1,5%	0,5%	1,2%	1,9%	1,4%
20	Queimadas	1,1%	0,4%	0,0%	3,3%	0,6%	1,9%	1,0%
21	Violência/ Segurança pública	0,6%	1,8%	1,5%	0,0%	0,6%	1,0%	1,0%

	Tema principal	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
22	Trabalho/ Emprego	0,6%	1,1%	0,0%	1,1%	1,2%	0,0%	0,7%
23	Pobreza e exclusão	0,6%	0,4%	0,0%	1,6%	0,6%	1,0%	0,6%
24	Recursos hídricos	1,1%	0,0%	0,0%	1,6%	1,2%	0,0%	0,6%
25	Educação	0,6%	0,4%	0,4%	0,0%	1,2%	1,0%	0,5%
26	Grilagem de terra	1,1%	0,0%	0,4%	0,5%	1,2%	0,0%	0,5%
27	Cultura	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
28	Defesa nacional	0,0%	0,0%	0,7%	0,5%	1,2%	0,0%	0,4%
29	Mídia/ Comunicação	0,0%	0,4%	0,7%	0,5%	0,0%	0,0%	0,3%
30	Populações tradicionais	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
31	Questão quilombola	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	1,2%	0,0%	0,3%
32	Questões urbanas em geral	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%	0,0%	1,9%	0,3%
33	Saúde	0,0%	1,1%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
34	Trânsito/Fechamento de estradas/ Rodovias	0,0%	0,7%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,3%
35	Habitação/ Construção civil	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,2%
36	Trabalho Escravo/ Degradante	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	1,0%	0,2%
37	Comportamento/ Consumo	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
38	Drogas e tráfico	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
39	Inclusão digital	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
40	Lazer e entretenimento/ Ecoturismo	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,1%
41	Outro	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,2%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A relação da floresta com as mudanças climáticas

A posição ocupada pelas matérias cujo tema central está nas Mudanças Climáticas é um primeiro indício de que a imprensa se encontra atenta ao fato de que desmatamento gera alterações no clima. Outros aspectos relativos à questão surgem ao longo da pesquisa:

• Aproximadamente um em cada cinco textos analisados (21,6%) trata de Mudanças Climáticas ou menciona a agenda do clima, mesmo que não seja seu Tema Principal.

- Nesse conjunto de notícias, o desmatamento é apontado como causa de Mudanças Climáticas em 69,5% das vezes. Outros 21,5% citam o papel das florestas na resiliência às alterações climáticas.
- Entre os textos que citaram impactos do desmatamento, aqueles que mencionam as Mudanças Climáticas, o aumento das emissões de gases causadores do efeito estufa e/ou o aquecimento global somaram 61,6%.
- Outros 14,2% das matérias que mencionam Mudanças Climáticas abordam a vulnerabilidade da floresta frente ao fenômeno.

Apesar das evidências positivas, há espaço para avançar: a ligação direta entre desmatamento e emissão de gases que provocam o efeito estufa é citada em somente 10,1% das matérias analisadas. Isso em um País onde, mesmo que as taxas de desmatamento tenham sido fortemente reduzidas nos últimos anos, a maior fonte de emissões desses gases continua a ser o desmatamento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EMISSÕES

O Brasil conseguiu controlar os vetores mais graves do fenômeno e, mesmo com ampliação de 28% do índice de desmatamento na Amazônia entre agosto de 2012 e julho de 2013, registra uma impactante redução de quase 80%, quando se comparam os dados atuais com os do auge do desmatamento na região, na primeira metade da década passada.

De forma similar, as emissões de gases causadores do efeito estufa relativas ao desmatamento – principal fonte de emissões do País – caiu 42% entre 1990 e 2012. Mesmo assim, isso representou 476 milhões de toneladas de carbono em 2012, de acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases (SEEG), lançado recentemente pelo Observatório do Clima.

Já as emissões derivadas da agricultura cresceram 45% entre 1990 e 2012, impulsionadas pela adoção de fertilizantes nitrogenados. Na pecuária, os arrotos dos bovinos ruminantes são a principal causa das emissões.

Apesar de ter reduzido o total de emissões em 2012 em relação ao ano anterior em 4,9%, o Brasil ainda é o sétimo colocado entre os maiores emissores do globo, o quarto em emissões no setor agrícola e o líder nas emissões causadas por desmatamento.



EM PAUTA

Mudanças irreversíveis

A cada ano acumulam-se evidências de que os impactos das mudanças do clima seguem aumentando. É grande a responsabilidade dos órgãos de imprensa em reportar esse assunto com pautas diferenciadas, já que os desdobramentos do desmatamento representam grave ameaça à humanidade, em termos globais:

A preservação da Amazônia como maior floresta úmida do mundo é a chave para impedir que essas mudanças tornem-se irreversíveis. Ao mesmo tempo, a floresta é diretamente afetada por elas. O primeiro relatório do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, divulgado em 2013, prevê aumento de temperaturas na Amazônia e redução das chuvas na região até o final do século, o que irá afetar a floresta em si e a produção em áreas de agropecuária.

NAS REVISTAS

Menos política de clima

Nas revistas, as notícias cujo Tema Principal é Clima e Mudanças Climáticas ocupam a primeira posição (11,6%), seguido de desmatamento em si (9,7%). Ao considerar o universo total de matérias analisadas, veremos que nas semanais quase um terço da cobertura sobre desmatamento (32,3%) cita ou discute questões relacionadas ao clima – índice significativamente maior do que o encontrado nos jornais (21,6%).

Nos dois grupos de veículos, há grande concentração dos textos sobre Mudanças Climáticas em 2008 e 2009. Entretanto, a relação do desmatamento com as políticas públicas relativas ao clima é operada de forma mais tímida nos veículos semanais:

- A citação à Política Nacional e aos Planos Nacional e Setoriais de Mudanças Climáticas é menor nas revistas, aparecendo em apenas 6,7% dos textos que mencionam mudanças climáticas. Nos jornais, o índice sobe para 8,2%.
- Nas revistas, as metas voluntárias de redução do desmatamento adotadas pelo Brasil são citadas somente em 2,6% do total de matérias, praticamente a metade do percentual de citações dos jornais (5,0%).

Outros temas de destaque

As matérias sobre Desmatamento em Si, que ocupam a primeira posição na lista de tema principal, se referem a abordagens mais específicas, nas quais o enfoque jornalístico é colocado sobre uma situação concreta de desmatamento ou sobre a divulgação de dados a respeito do monitoramento da evolução do fenômeno no País.

A terceira posição no ranking, conferida às Políticas Ambientais, se justifica por uma série de movimentos observados na esfera governamental nos últimos anos. O desmatamento sem controle do início do novo milênio foi reduzido e o Brasil praticamente alcançou a meta voluntária de redução de emissões por desmatamento, ao longo do período coberto pela presente análise.

Ao mesmo tempo, ocorreram vários embates no âmbito dos ministérios do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em torno de políticas públicas que, de alguma forma, tinham influência – positiva ou negativa – no processo de combate ao desmatamento. O avanço das obras do PAC na Amazônia, por exemplo, gerou polêmica pelos impactos sobre a floresta. E, em 2012, organizações ligadas à defesa do meio ambiente

publicaram carta aberta à sociedade, criticando decisões governamentais vistas como o "maior retrocesso da agenda socioambiental desde o final da ditadura militar".

A Agropecuária, considerada o vetor mais importante para o desmatamento, aparece em quarto lugar na tabela de Tema Principal, com 9,7% das matérias analisadas. Vale notar que a questão surge com mais frequência como Tema de Apoio (ou tema secundário): 14,3%. No total, portanto, 24% de toda a mostra tratam de algum aspecto relacionado à Agropecuária. A concentração desses textos foi maior nos anos de 2010 e 2011, quando a agenda da imprensa passou a acompanhar mais de perto a tramitação do projeto de lei do Novo Código Florestal no Congresso Nacional.

A variável Questões Políticas aparece em quinto lugar na lista de Tema Principal, com 8,4%. Nesse item estão contabilizadas as matérias que se referem às barganhas próprias da arena política. As negociações nesse campo incluem tanto a troca de interesses quanto os embates entre grupos que defendem posições distintas. Um bom exemplo dessa cobertura foi o foco na disputa entre "ruralistas" e "ambientalistas" durante a tramitação do projeto de lei do Novo Código Florestal, em 2011.

Questões agrárias/fundiárias, aspecto fundamental para entender o processo de apropriação de terras públicas – que se inicia com o desmatamento, passa pelas queimadas e é seguido pela criação de pastagens extensivas – foi Tema Principal de apenas 5,7% de todas as matérias analisadas, ocupando a sexta posição no ranking.

O volume de matérias nas quais Questões Agrárias/Fundiárias surgem como Tema Principal, porém, praticamente dobrou de 2011 para 2012, passando de 5,9% para 10,7% dos textos. A análise elaborada pela ANDI registra, portanto, uma tendência (ao menos no momento) de atenção crescente ao problema, que não se constitui apenas em importante causa do desmatamento, mas também impacta diretamente os níveis de violência no campo.

A questão econômica

É importante ressaltar que são muito poucas (3,2%) as matérias cujo Tema Principal está relacionado à Economia. Tal radiografia coloca, claramente, um desafio para a cobertura desenvolvida por grande parte dos diários brasileiros, que está subdimensionando o viés econômico de causas, impactos e soluções relacionados ao desmatamento da Amazônia. Como não poderia deixar de ser, os jornais econômicos lideram

Ampliando o foco

As revistas apresentam um percentual expressivo de textos que contam com Tema de Apoio (ou seja, outros assuntos relacionados ao principal assunto tratado pela matéria): nada menos de 89,6% do conjunto analisado.

O dado demonstra que as semanais investem, bem mais que os diários, em evidenciar as ligações do fenômeno do desmatamento com outras questões — constatação que corresponde ao perfil editorial desse tipo de veículo.

- Por outro lado, alguns tópicos não chegaram ainda à pauta das revistas. A presença das Políticas Ambientais como Tema Principal, por exemplo, foi equivalente à metade da alcançada pelos jornais: 5%, em comparação a 11,2%.
- No ano do intenso debate em torno da votação do Novo Código Florestal no Congresso Nacional (2011), a questão que mais ocupou espaço como Tema Principal, nos textos sobre desmatamento publicados pelas revistas, foi a Violência no Campo (23,5%). A reforma do Código Florestal aparece em seguida, com 17,6%.
- Em 2012, as Questões Políticas (22,2%) e a Questão Indígena (16,7%) receberam destaque nas revistas, enquanto são temas com pouca recorrência nos jornais, com índices de 7,8% e 3,9%, respectivamente.

esse enfoque: a Economia é o tema principal em 8,8% das matérias analisadas. Mas, levando em consideração que se trata de "veículos especializados", a porcentagem ainda parece pequena.

- Nos diários de abrangência nacional e regional, a Economia é tema principal em 3,1% e 2,8% dos textos, respectivamente. Ou seja, mesmo os chamados "grandes" distanciam-se muito pouco dos meios estaduais nesse indicador.
- Em 9,1% do universo pesquisado, a Economia também é mencionada como tema de apoio – ou seja, como uma questão associada a outro assunto de maior destaque naquela matéria. Uma vez mais, os veículos econômicos se destacam, com aspectos relacionados à Economia garantindo presença, enquanto tema de apoio, em 26,3% de seus textos.

NAS REVISTAS

Economia também não recebe atenção

A Economia aparece como tema principal em 4,2% das matérias das revistas. Como Tema de Apoio, tem uma presença mais expressiva do que nos jornais (21,2%, comparados a 9,1%).

OUTROS ASPECTOS ECONÔMICOS

A posição marginal conferida à Economia, identificada a partir da avaliação do tema principal da notícia, é reforçada a partir da análise de outras variáveis investigadas pela ferramenta da ANDI. Os dados referentes à amostra total apontam que:

- A menção aos prejuízos econômicos resultantes dos impactos do desmatamento acontece somente em 2,1% das notícias. Esse aspecto é mais abordado nos veículos especializados em economia (6,3%).
- Espaço mais consistente é dedicado aos incentivos econômicos para combate ao desmatamento, mencionados em 9,6% da amostra total.
 Uma vez mais, os dois diários focados em economia se destacam, com citações em 16,2% dos textos.
- Os jornais de abrangência nacional e os regionais/locais tocam na questão dos incentivos econômicos em 8,2% e 9,5% de suas matérias, respectivamente. Esse é um dos raros exemplos em que a performance dos meios de circulação estadual/regional supera a dos diários de alcance nacional certamente porque trata-se de tema que aborda diretamente os interesses das populações do campo. Esse dado enfatiza a importância dos jornais de âmbito estadual investirem em uma cobertura mais constante quando a pauta é o desmatamento.
- Chama também a atenção, no universo analisado, o fato de que um recorte muito reduzido de matérias trata de questões relacionadas aos padrões de produção e consumo da sociedade atual: apenas 3,3% do conjunto amostral. Esse índice é maior, de novo, quando analisamos apenas os veículos especializados em economia: 8,8% de seus textos, contra 3,1% encontrados nos de circulação nacional e 2,8% nos de abrangência regional/local.

NAS REVISTAS

De olho no consumo

Mesmo que também registrem um índice reduzido, as revistas discutem ou citam com mais frequência do que os jornais a questão dos padrões de produção e consumo da sociedade brasileira quando o desmatamento na Amazônia está em foco: 6,9% dos textos analisados, contra 3.3% dos diários.



Monitoramento governamental dita o noticiário

A investigação promovida pela ANDI também procurou avaliar quais questões a imprensa destaca como aspecto central da discussão sobre desmatamento na Amazônia. Esta variável foi aplicada, portanto, a todas as matérias do universo amostral.

Assuntos correlatos, que contribuem para contextualizar o debate mais amplo abordado pelo texto, mas não tocam diretamente na questão do desmatamento – Mudanças Climáticas ou Questões Indígenas, por exemplo –, não foram considerados na avaliação deste quesito.

No conjunto amostral analisado, as ações de Monitoramento e/ou Estatísticas de Desmatamento se destacam como aspecto central do problema – englobam 13,5% dos textos. Esse é um indício de que o material jornalístico sobre o problema continua, em boa parte, sendo produzido a partir das ações de monitoramento do governo ou dos anúncios de seus resultados – em notícias que não necessariamente envolvem apuração posterior ou consultas a outras fontes. A impressão é reforçada pelo fato de o Governo Federal ser fonte de informação de três em cada dez matérias publicadas nos jornais, conforme será discutido mais adiante.

Por outro lado, a imprensa parece não ter compreendido a relação entre Agricultura Familiar e desmatamento na Amazônia. Os pequenos agricultores aparecem como aspecto central da discussão sobre o fenômeno em apenas 0,5% das matérias dos 44 jornais monitorados, ao longo dos seis anos de investigação. No entanto, justamente nesse período, os Assentamentos de Reforma Agrária reduziram menos seu impacto sobre a floresta do que outras categorias territoriais: em 2004, os assentamentos eram responsáveis por 14,4% do desmatamento na região, enquanto, em 2011, alcançavam a marca dos 25,3%.

Outro dado de interesse é que as questões relacionadas a Atividades Econômicas aparecem como aspecto central do desmatamento em quase 19% dos textos, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 8 – Aspecto central do desmatamento mencionado na matéria – jornais*

	Aspecto Central do Desmatamento	%
1	Monitoramento/Estatísticas de desmatamento	13,5%
2	Clima/Mudanças Climáticas	10,1%
3	Controle/ Fiscalização do desmatamento	8,0%
4	Código Florestal	4,7%
5	Exploração madeireira	4,4%
6	Políticas públicas específicas (ex. PPCDAm)	3,9%
7	Agronegócio	3,6%
8	Queimadas	3,4%
9	Hidroelétricas	3,2%
10	Manejo florestal	3,2%
11	Meio ambiente em geral	3,2%
12	Pecuária	3,1%
13	Unidades de Conservação	2,7%
14	Fomento a atividades produtivas sustentáveis	2,6%
15	Pesquisas científicas e questões tecnológicas	2,5%
16	REDD	2,5%
17	Agricultura	2,3%
18	Política partidária (ex. embates entre governo/oposição)	2,2%
19	Regularização fundiária	2,1%
20	Licenciamento	1,6%
21	Mineração	1,6%



METODOLOGIA

Tema Principal da Notícia x Aspecto Central do Desmatamento

A diferença entre essas duas variáveis é que, no caso do tema principal, considera-se o conteúdo da matéria como um todo. Já o aspecto central refere-se apenas ao trecho do texto que trata do desmatamento na Amazônia.

O seguinte exemplo facilita a compreensão dessas variáveis: uma notícia que retrata as políticas adotadas pelo poder público na área de meio ambiente menciona, entre outras iniciativas, as ações de controle ao desmatamento. Nesse caso, o tema principal será "Políticas Ambientais", enquanto o aspecto central do desmatamento focalizado pelo texto será "Controle/Fiscalização do Desmatamento".

	Aspecto Central do Desmatamento	%
22	- Agropecuária	1,5%
23	Conflitos fundiários	1,5%
24	Uso sustentável da floresta	1,5%
25	Assentamentos	1,2%
26	Terra indígena	1,0%
27	Biodiversidade	0,9%
28	Manifestações públicas/Mobilizações/ Movimentos sociais	0,9%
29	Estradas/ Rodovias	0,8%
29	Recursos hídricos	0,8%
30	Extração de carvão vegetal	0,7%
31	Populações tradicionais ou indígenas	0,6%
32	Agricultura familiar	0,5%
33	Extrativismo	0,5%
34	Garimpo	0,5%
35	Grilagem de Terras	0,5%
36	Terras públicas (devolutas ou não destinadas)	0,1%
37	Outro	1,8%
	Não foi possível identificar	0,2%
	TOTAL	100%

^{*}Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.

Tabela 9 – Atividades econômicas mencionadas como Aspecto central do desmatamento – jornais*

Atividade econômica	%
Exploração madeireira	4,4%
Agronegócio	3,6%
Pecuária	3,1%
Agricultura	2,3%
Mineração	1,6%
Agropecuária	1,5%
Extração de carvão vegetal	0,7%
Agricultura familiar	0,5%
Extrativismo	0,5%
Garimpo	0,5%
TOTAL	18,7%

^{*}Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.



POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS

Entre as políticas públicas abordadas como aspecto central do desmatamento – as quais representam 3,9% da amostra analisada – destacam-se o Plano Amazônia Sustentável e a Operação Arco Verde, ambos implementados pelo Governo Federal.

No âmbito estadual, sobressaem-se as iniciativas tomadas pelo Governo do Mato Grosso, como o Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas e o Programa MT Legal.

As políticas públicas adotadas pelos municípios têm menor destaque como aspecto central do desmatamento. A maioria dos casos refere-se a iniciativas com o objetivo de sair da lista suja do MMA.

A Agenda Temática



Debate exige foco e precisão

Nem todo desmatamento é ilegal. No território brasileiro, existem órgãos que podem autorizar o processo de desmatamento a partir de parâmetros legalmente estabelecidos. Entretanto, os dados da análise realizada pela ANDI deixam claro que boa parte do material pesquisado não faz esse tipo de distinção.

 Praticamente oito em cada dez textos da amostra analisada (78,6%) não definem desmatamento. Entre aqueles que trazem a definição, o desmatamento é entendido como sinônimo de Queimadas (7,7%), de Exploração Madeireira (7%), de Degradação Florestal (5,7%) e de Corte Raso (3,8%).

NAS REVISTAS

Discutindo a ilegalidade

Embora as revistas deixem de definir o que é desmatamento na mesma proporção dos jornais, quase o dobro de suas matérias fazem distinção entre Desmatamento Legal e ilegal: 44,8% contra 23,8%.

• Volume similar de matérias (76,2%) não faz distinção entre Desmatamento Legal e Ilegal. Em terras privadas, o desmatamento é permitido em um percentual da área, definido a partir do tipo de bioma. Esses índices estavam estabelecidos na versão anterior do Código Florestal, permanecendo inalterados na nova versão aprovada pelo Congresso Nacional. A diferença é que foram incluídas, no volume de Reserva Legal, também as áreas de preservação permanente, que até então eram contabilizadas separadamente. Atualmente, o proprietário pode desmatar 20% de sua área no bioma Amazônia, 35% no Cerrado (isso vale também para a Amazônia Legal) e 80% nos demais biomas.

DEFINIÇÕES TÉCNICAS PARA DESMATAMENTO

Desmatamento - É a derrubada completa da vegetação nativa. Refere-se ao "corte raso", em que se retira toda a cobertura florestal, deixando o solo exposto. Mas o termo abarca a retirada de qualquer vegetação nativa, inclusive vegetação arbórea de campos e savanas - ou seja, a eliminação de áreas com arbustos, capões e árvores baixas e dispersas do Pantanal, do Cerrado, da Caatinga e do Pampa também é desmatamento.

Desflorestamento - Geralmente refere-se à derrubada de florestas no seu sentido mais estrito, como a Atlântica e a Amazônica. Entretanto, quando o termo for mencionado, vale checar a que realidade se aplica, pois a definição oficial de florestas no Brasil abrange cerrado, campinas e até mesmo áreas de reflorestamento. O Serviço Florestal Brasileiro e o IBGE adotam a definição de floresta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que não se restringe às florestas altas e densas como a Amazônica e a Atlântica.

Degradação florestal - É uma espécie de desmatamento parcial. Refere-se à retirada das árvores de maior valor comercial, sem o uso das técnicas do manejo. É como uma "garimpagem" ou "brocagem" florestal, que vai abrindo clareiras e dezenas de pequenas estradas para o arraste de toras. O dossel da floresta, aquele maciço formado pelas copas de árvores, permanece aparentemente intacto, mas os vazios deixados pelas grandes árvores favorecem os incêndios e a queda de outras espécies durante temporais.



CONTEXTUALIZAÇÃO

Licença para desmatar

Para desmatar áreas de vegetação nativa, os proprietários precisam de uma licença do órgão ambiental estadual. Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), apenas 10% das áreas desmatadas na Amazônia são regulares.

A preservação ou recuperação de vegetação nativa, segundo os percentuais exigidos pelo Novo Código Florestal, são de total responsabilidade dos proprietários dos imóveis rurais.



Destruição da floresta, modelos de desenvolvimento e prejuízos ao ser humano

Ainda não existe, de maneira institucionalizada e como política pública, um plano de desenvolvimento que estabeleça os parâmetros e busque implementar um modelo de crescimento sustentável para a Amazônia – um modelo que leve em conta questões ambientais e sociais, sem prejuízo do incremento econômico.

Organizações não governamentais e governos locais vêm, pontualmente, realizando ações nesse sentido – o que, entretanto, não se configura como diretriz estruturante de política de Estado. O PPCDAm, embora tenha seu foco no combate ao desmatamento, é atualmente a política que mais se aproxima desse papel, por meio de seu eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis.

Dessa forma, ações, programas e políticas de estímulo a atividades produtivas de viés sustentável e o debate que seus processos de elaboração e implementação abrigam devem ser entendidos como a melhor opor-

tunidade (gancho) para que a imprensa aprofunde a investigação em torno de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

- O desenvolvimento aparece em apenas 2,3% das matérias que tratam de desmatamento como Tema Principal.
 Em outras 5,3%, a questão surge como Tema de Apoio.
 Mesmo assim, no total, um terço dos textos (33,4%) relaciona de alguma forma o desmatamento com o debate sobre desenvolvimento.
- O desmatamento é reportado com se a destruição da floresta não afetasse diretamente o ser humano: as citações relacionadas ao Desenvolvimento Humano, Social, Socioambiental, Comunitário ou Local somam 5% do total de textos que mencionam desenvolvimento.
- As reportagens se referem a alguma estratégia de desenvolvimento em 30,4% do material. Há exceções, sempre louváveis, mas, de maneira geral, faz falta na amostra analisada um maior número de matérias investigativas. Nos textos opinativos, este índice cresce: alcança 45,3% nos artigos e 63% nas entrevistas. Os editoriais fazem essa relação com menor frequência (31,6% das vezes).

Tabela 10 – Tipos de desenvolvimento mencionados – jornais*

Tipos de desenvolvimento	%
Em geral	15,7%
Sustentável	10,7%
Econômico	4,0%
Regional	1,4%
Socioambiental	0,6%
Humano	0,4%
Social	0,3%
Comunitário	0,2%
Local	0,2%
Não faz associação entre desmatamento e desenvolvimento	66,6%
TOTAL	100%

^{*}Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.



METODOLOGIA

O olhar da imprensa

A metodologia de classificação utilizada na pesquisa permite registrar a relação desmatamento/ desenvolvimento, seja quando aparece de maneira absolutamente lateral no texto (uma linha apenas tocando nesse aspecto, por exemplo), seja guando é focalizada de maneira aprofundada. O objetivo, portanto, foi verificar se as duas temáticas estavam, de alguma forma, associadas na cobertura.

NAS REVISTAS

Repensar o modelo?

O desenvolvimento aparece nas revistas como Tema Principal em 5% dos textos sobre desmatamento. Como Tema de Apoio, surge em outros 14,3%. Nesse último caso, o número é bem mais expressivo do que nos jornais. Mas, ainda assim, muito pequeno.

 As semanais mantêm o mesmo padrão em não associar desmatamento a um modelo de desenvolvimento focado nos povos amazônicos. Entre os 35,3% de textos que citam desenvolvimento, também 5% focalizam aspectos relacionados a Desenvolvimento Humano, Social, Socioambiental, Comunitário ou Local.

O impacto sobre as populações

Ao olharmos os mapas do desmatamento, é nítido o papel das populações tradicionais – povos indígenas, comunidades quilombolas e de seringueiros, ribeirinhos, babaçueiros – na conservação das florestas. Seus territórios são como ilhas verdes abraçadas pelo avanço da fronteira agrícola. São também populações frágeis do ponto de vista socioeconômico, e sob constante pressão da violência na disputa por terras e da invasão por madeireiros e garimpeiros.

Da mesma forma que ocorre com o desenvolvimento social e humano na região, muito pouco abordado, esse público tampouco recebe visibilidade contundente nos veículos de comunicação analisados. Em 16% dos textos sobre desmatamento pesquisados, é citada alguma população vulnerável ao problema: desses, os Povos Indígenas são os mais mencionados (51,4%), seguidos por Povos da Floresta (17,3%), População Rural (11,6%), População Ribeirinha (9,8%), Quilombolas (6,4%) e População Urbana (5,2%).

- Aqui se observa a importância de a imprensa se aproximar espacialmente da realidade ou seja, do campo. Até por sua natureza, foram os jornais amazônicos que deram mais destaque às Populações Rurais e às Ribeirinhas. Elas foram citadas em, 17,2% e 12,6% de suas matérias que mencionam populações vulneráveis ao desmatamento, enquanto os diários de circulação nacional registram índices de 2,6% e 5,3%, por exemplo. São os jornais locais fazendo valer seu conhecimento da região.
- De maneira geral, os veículos da Região Amazônica também oferecem mais atenção ao público vulnerável como um todo: 19,5%, em comparação a 13,6% dos jornais de outros estados. Nos diários de abrangência nacional, o índice é ainda menor: 12,9%.

Tabela 11 – Menção a públicos vulneráveis, por tipo de jornal*

Menção a públicos vulneráveis	Jornais amazônicos	Jornais de outras regiões	Jornais de alcance nacional	Jornais sobre economia	TOTAL
Sim	19,5%	14,3%	12,9%	13,8%	16,0%
Não	80,5%	85,7%	87,1%	86,3%	84,0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

^{*}Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.

Tabela 12 – Públicos vulneráveis mencionados, por tipo de jornal*/**

Públicos mencionados	Jornais amazônicos	Jornais de outras regiões	Jornais de alcance nacional	Jornais sobre economia	TOTAL
Povos indígenas	54,0%	45,9%	52,6%	45,5%	51,4%
Povos das florestas	17,2%	16,2%	21,1%	9,1%	17,3%
População rural	17,2%	10,8%	2,6%	0,0%	11,6%
População ribeirinha	12,6%	8,1%	5,3%	9,1%	9,8%
Quilombolas	6,9%	2,7%	5,3%	18,2%	6,4%
População urbana	9,2%	0,0%	2,6%	0,0%	5,2%
Outros	13,8%	18,9%	15,8%	18,2%	15,6%
Não foi possível identificar	0,0%	2,7%	5,3%	0,0%	1,7%

^{*} Percentual calculado sobre os 16% de textos que mencionam públicos vulneráveis ao desmatamento.

^{**} Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.



Investigando as razões do fenômeno

Perceber a relação direta que a pecuária, a exploração madeireira e a agricultura mantêm com o avanço do desmatamento, cuja ação está assentada numa lógica racional e econômica, é fundamental para entender a realidade amazônica.

Toda a produção econômica advinda das áreas desmatadas é consumida fundamentalmente fora da Amazônia: no centro-sul do Brasil e no exterior. Em síntese, o desmatamento é um fenômeno que tem forte conexão com o comércio interno e externo. Sem levá-lo em consideração, as soluções para o problema soam incompletas e inconsistentes.

Em 2012, 40,9% do material sobre desmatamento publicado pelos jornais brasileiros mencionava Causas para o fenômeno, um excelente indicador e um sinal de avanço: na média do período analisado (2007 – 2012), menos de um terço do material publicado pelos diários (28,3%) debate ou menciona as Causas do desmatamento. Conforme aponta o Gráfico 3, a partir de 2010 vem crescendo continuamente a atenção dedicada a este aspecto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

PECUÁRIA É A MAIOR RESPONSÁVEL

Vários estudos apontam a pecuária como o principal vetor de desmatamento na Amazônia. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 2008, mais de 60% das áreas desmatadas na Amazônia Legal tinham sido transformadas em pasto. Em 2009, ao analisar municípios críticos de quatro estados amazônicos, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) constatou que a pecuária teve peso superior a 70% na ocupação das áreas abertas no Pará, Acre e Amazonas. A única exceção foi Mato Grosso. Nos municípios do estado, a agricultura teve impacto maior na ocupação das áreas desmatadas, inclusive com um volume de crédito rural percentualmente superior para a agricultura em relação à pecuária - notadamente para a soja.

A pecuária e a soja tanto estimularam os desmatamentos ilegais no período analisado quanto se beneficiaram dele, pois são atividades que vêm se consolidando nas áreas abertas ilegalmente. De acordo com o estudo do IPAM, "a soja e a pecuária foram beneficiadas com a consolidação de uso em mais de 15 milhões de hectares na Amazônia entre 2000 e 2009".

Feita de forma extensiva, com uma produtividade média de menos de uma cabeça por hectare, a pecuária tem sido apontada como grande vilã do desmatamento, muitas vezes financiada por crédito rural, como denunciaram algumas reportagens de impacto – entre elas a de Marta Salomon na Folha de S.Paulo, em 2008, sob o título "Com estímulo oficial, floresta vira capim". O texto retratava a situação em São Félix do Xingu, no Mato Grosso, município que depois entrou na lista suja dos municípios campeões de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente.

Por trás dessa maior causa do desmatamento, no entanto, são vários os vetores em ação: o aumento de renda e consumo de carne no País, o crescimento das exportações de carne, o aumento do valor da terra na Amazônia quando ela é desmatada, o crescimento das lavouras de cana em São Paulo e de soja em Mato Grosso (que levou a pecuária a migrar para o Norte), a especulação imobiliária (com a pecuária sendo usada para assegurar a posse de terras públicas), entre diversos outros aspectos que merecem ser investigados e debatidos a fundo.

Cobertura foca exploração madeireira

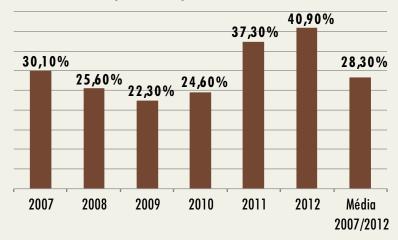
Apesar da mudança nos vetores de desmatamento ao longo do tempo, de maneira geral ainda há uma grande concentração da cobertura sobre causas focadas na Exploração llegal de Madeira. Ela foi o aspecto mais mencionado, em 20,3% desse conjunto de textos.

- A Pecuária, apontada atualmente como a principal origem do problema, fica em segundo lugar, com 17,4% das matérias que citam causas.
- A Agricultura ocupa terceira posição, com 15,7%.

Ao longo dos anos analisados, a abordagem de causas pela imprensa não foi homogênea, como se pode observar na Tabela 13:

- A Exploração llegal de Madeira foi o vetor mais apontado em 2008.
- A Pecuária recebeu destaque em 2007, 2009 e 2010. Mas chama a atenção o baixo percentual de matérias que apresentam essa questão em 2012: apenas 5,3% daquelas que mencionam causas. Os jornais estão indo menos a campo ou os bons resultados da redução do desmatamento diminuíram também o interesse sobre o desmatamento ilegal o qual, sabemos, continua a acontecer.
- Em 2011, grande número de matérias apresentou a Agricultura como causa do desmatamento, em decorrência do debate sobre o Código Florestal, que aconteceu naquele ano. No entanto, estudo do INPE, publicado em 2009, não mais listava a agricultura como a principal causa do desmatamento na Amazônia, embora seu impacto certamente não possa ser desconsiderado.
- A Falta de Incentivos a Atividades Produtivas Sustentáveis não é causa fortemente mencionada pelas redações: aparece em apenas 6,6% dos textos que focalizam causas.
- A atenção oferecida pela imprensa à questão das Obras de Infraestrutura como vetor do desmatamento cresceu substancialmente ao longo do período. Em 2007, surgia em apenas 2,2% das matérias que tratavam de causas. Em 2012, chegou a 31,6% desse conjunto de textos, representando o principal aspecto focalizado naquele ano. Certamente, a construção de hidrelétricas na Amazônia, especialmente Belo Monte, contribuiu para esse aumento.

Gráfico 3 – Abordagem das causas do desmatamento, por ano – jornais*



^{*} Não foram contabilizadas as matérias de dimensão mínima.

 A Grilagem de Terras e os Conflitos Agrários foram citados em 5,2% dos textos que apresentam causas para o desmatamento. A falta de

CONTEXTUALIZAÇÃO

MAIOR PRODUTIVIDADE EVITA DESMATAMENTO

Uma publicação do instituto de pesquisa Imazon, lançada em 2012, aponta que seria possível suprir o aumento da demanda de carne projetada até 2022 apenas com o aumento da produtividade em cerca de 24% (6,7 milhões de hectares) da área de pasto com potencial agronômico para a intensificação, existente em 2007. Caso isso ocorresse, seriam adicionados R\$ 4 bilhões ao valor da produção agropecuária – um aumento de 16%, tendo por base o ano de 2010.

E não são apenas as organizações da sociedade civil que reconhecem este potencial. Principal porta-voz dos produtores rurais brasileiros, a Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária (CNA) também passou a afirmar que a área ocupada para produção pecuária no Brasil (27,7% do território nacional) não precisa crescer e avançar sobre os 61% de vegetação nativa ainda existente em todo o País. E concorda que um aumento de produtividade na pecuária pode significar a liberação de muitas terras que, de outra forma, seriam utilizadas para a expansão do setor.

Expostos como vilões do desmatamento, pecuaristas, supermercados e grandes frigoríficos têm assumido compromissos de não compactuar com desmatadores ilegais e investido em uma imagem ambiental e socialmente mais responsável junto aos consumidores. A Vale, maior mineradora do Brasil, também tem buscado financiar projetos ligados à preservação ou recuperação ambientais.

Mas os progressos verificados na mudança de postura desses setores ainda não chegaram à madeira ilegal. Entidade sem fins lucrativos presente em 70 países e cujo selo certifica que madeira e produtos florestais são originados de áreas legais, com bons planos de manejo florestal, o Forest Stewardship Council (FSC - Conselho de Manejo Florestal) tem reforçado a necessidade de maior adesão aos critérios de sustentabilidade. Uma das conclusões de seu mais recente congresso, em 2012, foi a necessidade de conscientizar não só os setores de construção civil e moveleiro, mas também os consumidores para que exijam a certificação de procedência.

Afinal, o consumo da madeira ilegal acontece predominantemente no mercado nacional. Estudo do Imazon publicado em 2010 afirma que 79% do volume total de madeira produzida na Amazônia se destinam ao mercado interno, sendo 17% para São Paulo, 16% para os estados produtores e 15% para a região Sul.



COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Uma parcela de 7,4% do total de textos analisados fala sobre compromissos assumidos pelo setor privado em relação à questão do desmatamento. Desse conjunto, os compromissos assumidos pelos frigoríficos são os mais mencionados (32,5%), seguidos pelos dos agricultores (27,5%) e pelos das madeireiras e dos pecuaristas, ambos com 15%

regularização fundiária, em 4,9%.

Tabela 13 – Causas apontadas para o desmatamento, por ano – jornais*/**

Causas do desmatamento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Exploração ilegal de madeira	17,4%	28,8%	18,2%	18,6%	15,8%	21,1%	20,3%
Pecuária	23,9%	15,2%	23,6%	20,9%	14,0%	5,3%	17,4%
Agricultura	15,2%	16,7%	18,2%	9,3%	22,8%	7,9%	15,7%
Obras de infraestrutura (hidrelétricas, estradas, PAC etc.)	2,2%	9,1%	9,1%	11,6%	8,8%	31,6%	11,1%
Flexibilidade/afrouxamento no Novo Código Florestal	0,0%	3,0%	10,9%	11,6%	19,3%	7,9%	8,9%
Mineração	19,6%	6,1%	1,8%	4,7%	5,3%	10,5%	7,5%
Cultivo de soja	13,0%	6,1%	9,1%	9,3%	3,5%	2,6%	7,2%
Ineficiência/falta da fiscalização ambiental	15,2%	6,1%	5,5%	0,0%	8,8%	2,6%	6,6%
Falta de incentivo a atividades produtivas sustentáveis	8,7%	7,6%	5,5%	7,0%	8,8%	0,0%	6,6%
Grilagem de terras e conflitos agrários	8,7%	6,1%	5,5%	2,3%	5,3%	2,6%	5,2%
Falta de regularização fundiária	2,2%	3,0%	0,0%	14,0%	5,3%	7,9%	4,9%
Assentamentos de reforma agrária	0,0%	7,6%	0,0%	4,7%	3,5%	10,5%	4,3%
Cultivo de cana de açúcar	10,9%	0,0%	7,3%	7,0%	0,0%	0,0%	3,9%
Ausência/ineficiência do poder público	2,2%	6,1%	1,8%	0,0%	3,5%	2,6%	3,0%
Agropecuária	0,0%	1,5%	1,8%	4,7%	3,5%	0,0%	2,0%
Ineficiência/falta de punição para os desmatadores	4,3%	1,5%	1,8%	0,0%	3,5%	0,0%	2,0%
Falta de financiamento	0,0%	1,5%	3,6%	0,0%	1,8%	0,0%	1,3%
Falta de unidades de conservação	0,0%	3,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	1,0%
Agricultura familiar	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	0,3%
Corrupção em órgãos públicos	0,0%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
Outras	2,2%	18,2%	10,9%	9,3%	5,3%	13,2%	10,2%

^{*} Percentual calculado sobre os 28,3% de matérias que abordam causas para o desmatamento.

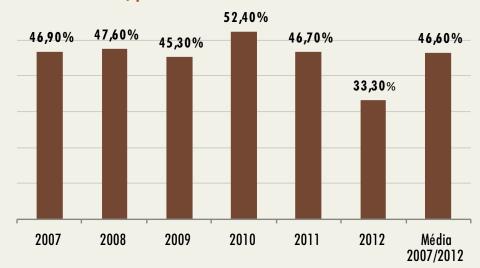
^{**} Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

Causas garantem destaque

A média de matérias que mencionam causas para o desmatamento nas revistas é mais expressiva do que a encontrada nos jornais: 46,6%, em contraste com 28,3%. Por outro lado, enquanto nos diários vem ocorrendo um aumento progressivo da presença das causas na cobertura, nas semanais a tendência é de diminuição, a partir de 2010.

- Assim como nos diários, a Exploração llegal de Madeira foi o aspecto mais mencionado nas revistas como causa do desmatamento, e ainda com maior destaque: 30,6%, contra 20,3% dos textos que mencionam os vetores. Essa atenção é reforçada nos anos de 2007 e 2010.
- Diferentemente dos jornais, nos quais a Agricultura ocupa a terceira posição (15,7% dos textos que citam causas), nas revistas essa colocação fica com a Grilagem de Terras e Conflitos Agrários (14,8%). Já a Agricultura, nas semanais, aparece em oitavo lugar, com 8,3%.
- A Falta de Regularização Fundiária tem destaque na cobertura das revistas está presente em 13,9% das matérias que mencionam causas, ocupando o quarto lugar entre os vetores apontados (contra 4,9% nos jornais).
- As matérias que mencionam a Falta de Incentivo a Atividades Produtivas Sustentáveis também não são expressivas nas revistas, ocupando 6,5% das causas comparado aos 6,6% dos jornais.
- Há uma oscilação na cobertura das revistas sobre as Obras de Infraestrutura enquanto causa do desmatamento. Se na cobertura dos jornais há um pico em 2012, com 31,6% das matérias que tratavam de causas mencionando as grandes obras, a questão não aparece nas revistas naquele ano – nelas, o tema teve seu pico em 2011, com índice de 21,4%.

Gráfico 4 - Abordagem das causas do desmatamento, por ano – revistas*



^{*}Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.



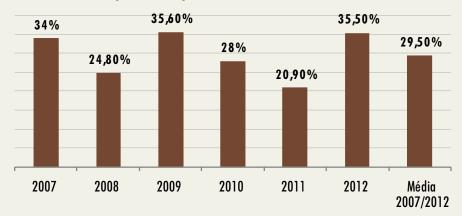
Os impactos do desmatamento

A análise da ANDI registra que 29,5% dos textos da amostra mencionam pelo menos uma consequência da devastação florestal. Embora não seja um índice desprezível, é possível também fazer a leitura de que 70,5% do material sobre desmatamento na Amazônia não mencionam ou explicam seus impactos.

Como evidencia o Gráfico 5, há variação significativa no grau de atenção da imprensa ao tema ao longo dos seis anos monitorados.

Quando o tema está em foco, prevalece nas redações – como já foi discutido anteriormente – uma cultura de separação entre a questão do meio ambiente e as consequências dos problemas ambientais para a humanidade. Os impactos mais abordados dizem respeito a aspectos voltados para a natureza e recursos naturais, porém, não se faz a devida relação entre estes problemas e as consequências que trazem para a vida humana.

Gráfico 5 – Abordagem dos impactos do desmatamento, por ano – jornais*



^{*} Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.

Os impactos de ordem ambiental somam 86,5% das matérias que citam algum tipo de consequência do desmatamento na Amazônia.

- O Aumento da Emissão de Carbono ou das Mudanças Climáticas foi o mais mencionado, com 61,6% desse grupo de textos.
- A Perda da Biodiversidade e/ou Extinção de e Epécies aparece em segundo lugar, com 23,9%.
- A Degradação de Recursos Hídricos aparece em terceiro, representando 14,5% desse recorte amostral.
- Outros impactos ambientais gerados pelo desmatamento acabam recebendo atenção bem menor das redações. É o caso, por exemplo, da Intensificação de Desastres Naturais, que registra apenas 2,8% das matérias nas quais os impactos são mencionados. A Erosão do Solo alcança o mesmo índice.

A soma de referências a Impactos Sociais (13,2%) e econômicos (7,2%), por sua vez, têm um patamar bem menor do que os de ordem ambiental.

O melhor exemplo dessa dissociação está nos Prejuízos à População que Reside nas Áreas Atingidas pelo desmatamento. Apesar da forte relevância desse debate, ele aparece em apenas 10,4% do grupo de textos que menciona algum tipo de consequência relacionada ao problema.



CONTEXTUALIZAÇÃO

Impactos sobre outros biomas

Um dos impactos mais apontados por estudiosos e que não aparece entre as consequências do desmatamento encontradas na amostra é a ampliação do desmatamento em outros biomas, como o Cerrado. Faz parte dos compromissos voluntários assumidos pelo Governo Federal, em sua Política Nacional de Mudanças Climáticas, passar a monitorar regularmente os demais biomas. O Plano de Combate ao Desmatamento no Cerrado seria o primeiro a contar com essa atenção direta.

A possibilidade de as redações abordarem o tema do desmatamento para além das páginas de "Ciência e Meio Ambiente" – pautando-o mais frequentemente, por exemplo, a partir das editorias de "Economia" e Política" – poderia contribuir para que a cobertura contemplasse de forma mais qualificada as ramificações de causa e efeito do desmatamento, principalmente quando envolve políticas de desenvolvimento para a região.

Tabela 14 - Impactos mencionados - jornais*/**

Principais impactos	%
Impactos ambientais	86,5%
Aumento da emissão de gases causadores do efeito estufa/ carbono/ aquecimento global/ mudanças climáticas	61,6%
Perda de biodiversidade/ extinção de espécies	23,9%
Degradação de recursos hídricos	14,5%
Intensificação de desastres naturais (inundações, deslizamentos, enchentes)	2,8%
Aumento da perda do solo por erosão	2,8%
Impactos sociais	13,2%
Prejuízos à população que reside nas áreas atingidas	10,4%
Impactos na saúde pública/ aumento de agentes causadores de doenças	2,8%
Fluxo demográfico desordenado que causa emigração das comunidades tradicionais	2,5%
Prejuízos econômicos	7,2%
Outros	3,8%

^{*} Percentual calculado sobre os 29,5% de matérias que citam impactos do desmatamento.

^{**} Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.



Em busca de saídas para o problema

Apesar do enorme progresso conquistado na reversão das altíssimas taxas de desmatamento na Amazônia em menos de uma década, o problema persiste. À medida que a ação dos desmatadores ilegais se sofistica, é dever da imprensa trazer à luz o andamento das políticas públicas de combate ao fenômeno e debater a real efetividade das soluções implementadas.

- Menos de um quarto (23,4%) dos textos analisados menciona soluções para o desmatamento. Esse índice é maior nos veículos especializados em economia (32,5%) do que nos de alcance nacional e nos de âmbito estadual/regional (20,1% e 23,7%, respectivamente).
- Também já foi pior: de forma semelhante à cobertura de causas, o noticiário foi evoluindo no que diz respeito à abordagem de Soluções para o desmatamento. Em 2007, a questão só era focalizada em 17,6% dos textos analisados. Em 2012, o índice chegou a 25,8%.

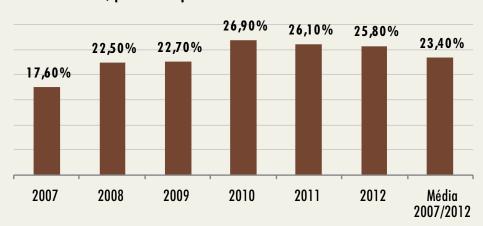


Gráfico 6 - Abordagem das soluções para o desmatamento, por ano – jornais*

Atividades produtivas sustentáveis têm destaque

Entre os 23,4% de textos que abordam Soluções, as mais mencionadas são relacionadas a incentivos e projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis (40,5%). Nessa categoria se inserem projetos de manejo florestal, oferecimento de crédito para recuperação de florestas e iniciativas de reflorestamento, redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD+) e investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que incentivem o combate ao desmatamento.

Ações de monitoramento e controle, como fiscalização, aplicação de multas, embargo de áreas com desmatamento ilegal e maior presença do Estado, também dominam o elenco de soluções.

A quem cabe operar as soluções?

O Governo Federal é apontado como principal responsável pelas saídas e soluções apresentadas – 54% desse grupo de matérias. Se somarmos os percentuais relativos às autoridades estaduais e municipais, alcançamos então 67,9% de textos nos quais se espera das esferas executivas de governo as soluções para o desmatamento ou em que se mencionam suas iniciativas visando solucionar os problemas.

 Os veículos de alcance nacional e os de âmbito estadual têm uma participação maior nesse processo. Por sua vez, os jornais especializados em economia também responsabilizam o governo no aporte de soluções, mas em dose mais equilibrada na equação com o setor privado, conforme aponta a Tabela 16.

^{*} Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.

Tabela 15 – Soluções mencionadas – jornais*/**

Soluções	%
Atividades produtivas sustentáveis	40,5%
Maior fiscalização ambiental	21,0%
Maior eficiência na aplicação de multas e embargo de áreas ilegalmente desmatadas	11,5%
Aumento da "presença do Estado"	8,7%
Criação de áreas protegidas (UCs e Tls)	6,3%
Ações e acordos do MP com desmatadores	5,6%
Maior/melhor monitoramento da região	5,2%
Cadastro Ambiental Rural	4,8%
Regularização fundiária	4,8%
Aspectos relacionados ao Código Florestal	3,2%
Restrição de crédito a desmatadores	2,0%
Concessão florestal	1,6%
Moratória da Soja	0,4%
Outros***	15,9%

^{*} Percentual calculado sobre os 23,4% de matérias que abordam soluções para o desmatamento.

- Somados todos os atores, em somente 10,3% dos textos que abordam soluções aparece a contribuição do setor produtivo – mesmo que o indicador tenha desempenho um pouco melhor nos veículos especializados em economia – voltando à quase invisibilidade da iniciativa privada na cobertura.
- Governos internacionais e a cooperação multilateral aparecem como fontes/parceiros para soluções em 6% dos textos.



ÁREAS DEGRADADAS

Merece atenção o fato de que a imprensa reconhece a existência de áreas degradadas na Amazônia que estão sendo subutilizadas, mas não explora a pauta com maior intensidade.

Muitos especialistas e ambientalistas fazem coro para que as áreas já desmatadas e aquelas que estão em degradação sejam aproveitadas para conseguir frear o desmatamento – aumentando a produção agropecuária sem pressionar as florestas.

INICIATIVA MOBILIZADORA

Em março de 2012, o Greenpeace iniciou a campanha Desmatamento Zero, com o objetivo de colher 1,4 milhão de assinaturas e levar ao Congresso Nacional um projeto de lei de iniciativa popular estabelecendo uma moratória para o desmatamento no Brasil.

Esse é um exemplo de iniciativa que deve ser acompanhada pela imprensa, por seu papel mobilizador. Já tendo alcançado pouco mais de 930 mil assinaturas em novembro de 2013, o Greenpeace argumenta que propósito da ação é proteger os 60% do País ainda cobertos por florestas, já que 720 mil Km² foram desmatados nos últimos 40 anos na Amazônia.

^{**} Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

^{***} Inclui mais de 40 itens que receberam atenção mínima (ou nenhuma) nos textos analisados.

Tabela 16 – Principal responsável pelas soluções apresentadas – jornais*/**

Ator responsável	Jornais de alcance nacional	Jornais de âmbito local/regional	Jornais sobre economia	TOTAL
Poder Público	82,1%	82,6%	30,8%	76,2%
Governo brasileiro	67,8%	53,9%	23,1%	54,0%
Governos estaduais/municipais	3,4%	19,2%	3,8%	13,9%
Ministério Público	0%	7,8%	3,8%	5,6%
Legislativo	5,1%	1,2%	0%	2,0%
Judiciário	1,7%	0,6%	0%	0,8%
Setor privado	5,4%	5,4%	38,5%	10,3%
Setor privado em geral	1,7%	0,6%	15,4%	2,4%
Indústria	1,7%	1,8%	3,8%	2,0%
Agricultores	1,7%	1,2%	3,8%	1,6%
Médios e grandes produtores rurais	0%	0,6%	7,7%	1,2%
Madeireiros	0,0%	1,2%	0%	0,8%
Pecuaristas	0,0%	0%	7,7%	0,8%
Governos estrangeiros	6,8%	1,8%	15,4%	4,4%
Sociedade civil organizada	1,7%	2,4%	3,8%	2,4%
Sociedade em geral	0,%	3,0%	3,8%	2,4%
Organismos internacionais	1,7%	1,2%	3,8%	1,6%
Universidades e instituições de pesquisa	1,7%	0,6%	0%	0,8%
Outros	3,4%	1,2%	3,8%	2,0%
Não foi possível identificar	1,7%	1,8%	0%	1,6%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

^{*} Percentual calculado sobre os 22,7% de textos que mencionam soluções.

NAS REVISTAS

A liderança do governo

Em grande parte dos 25,4% de textos das revistas que mencionam soluções, o governo brasileiro é apontado como principal responsável por desenvolvê-las e/ou implementá-las — mais exatamente, em 61% desse grupo de matérias. Somados aos índices relativos aos Executivos Municipal e Estadual, temos um total de 67,8%.

- Vale notar que os Executivos Estaduais e Municipais têm maior representatividade nos jornais: 13,9%, comparados ao 6,8% das revistas.
- O setor privado é destacado como solução em apenas 6,8% do material analisado nas revistas número abaixo do encontrado nos jornais, de 10,3%.
- Nas semanais, os governos estrangeiros são apontados como solução em 6,8% do universo amostral índice semelhante ao encontrado nos jornais, de 4,4%.

A Construção da Notícia



Quem fala e quem cala

O Governo Federal e seus órgãos são, de longe, as fontes de informação mais consultadas pelos diários brasileiros, marcando presença em 29,8% dos textos analisados na pesquisa. Como veremos adiante, aparecem também como o ator social mais mencionado pelas redações (60,6% da amostra).

É um dado aceitável, porque a imprensa segue na direção da política pública. Mas o desequilíbrio evidente na comparação com a atenção dada ao setor privado permite afirmar a prática de um jornalismo excessivamente centrado nos gabinetes públicos e muito reticente em colocar atenção crítica no setor produtivo – como se não fosse ator relevante no espaço público no qual se dá a política. É como se o desmatamento ilegal não fosse realizado por indivíduos e por empresas.

No âmbito do Governo Federal, o Ministério do Meio Ambiente lidera a lista das fontes de informação consultadas, com presença em 14,2% das matérias analisadas. Em seguida – e bem à frente de outras instâncias – aparece o Executivo Federal como um todo (11,3%).

- Os órgãos do Executivo Estadual também são ouvidos em 11,3% das matérias pesquisadas.
- Os posicionamentos do Executivo Municipal recebem atenção bem reduzida (apenas em 2,9% da amostra) – fato que dialoga diretamente com a dificuldade dos jornais em garantir maior presença nos locais onde acontecem o desmatamento e as iniciativas concretas para seu enfrentamento.

Sociedade civil

Segundo grupo mais ouvido pelo noticiário, a Sociedade Civil é ator-chave no processo de mobilização, tanto por uma consciência voltada à preservação da floresta quanto por novos modelos de negócio e hábitos de consumo – além, naturalmente, de gerar pressão sobre as políticas públicas. Como vimos anteriormente, os compromissos firmados por frigoríficos, relacionados à origem do gado adquirido, é um exemplo referencial da ação articuladora estruturada a partir da mobilização da sociedade civil.

Essas organizações desempenham papel estratégico nos mais diversos aspectos relacionados ao combate ao desmatamento, produzindo conhecimento, gerando pautas, realizando projetos na região e buscando a profissionalização no ato de comunicar o que acontece na Amazônia.

- De modo geral, as organizações da Sociedade Civil foram ouvidas em 15,6% do total de textos dos jornais.
- Aquelas voltadas diretamente a causas ambientais foram ouvidas em 12,3% de todas as matérias. Como registra a Tabela 17, são ouvidos o Greenpeace, o Imazon, o WWF, o ISA e o IPAM, entre outros.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O PAPEL ESTRATÉGICO DA SOCIEDADE CIVIL

A Sociedade Civil organizada participa da agenda socioambiental brasileira desde os anos 1970, na esteira do movimento ecológico, estando presente no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) desde sua criação, em 1981.

Com a redemocratização, as ONGs ambientais multiplicaram-se, assumindo um papel de crescente relevância no debate sobre a agenda do desenvolvimento, tornando-se fontes confiáveis de informação para jornalistas e consolidando seu reconhecimento público – nesse sentido, cabe destacar a Rio-92, quando tiveram papel protagonista, estruturando o Fórum Global, evento paralelo que obteve ampla repercussão internacional.

Articuladas em redes e fóruns, essas entidades desenvolvem estudos, formulam propostas e operam diretamente no combate aos problemas, além de monitorar e pressionar por avanços nas políticas públicas ligadas às questões ambientais.

Setor privado

Uma das principais conclusões da análise da ANDI em relação aos setores que geram e protagonizam as histórias e textos publicados na cobertura sobre o desmatamento na Amazônia é de que os jornalistas ouvem muito pouco o Setor Privado – o qual tampouco é devidamente cobrado pela imprensa em relação aos impactos que causa sobre a floresta.

- Somente 11,5% do universo dos textos contidos na amostra trazem o ponto de vista da iniciativa privada.
- Produtores rurais, tanto grandes como médios, são ouvidos como fonte de informação em 1,9% dos textos analisados.

O silêncio do Setor Privado não acontece por acaso; na verdade, parece ser estratégico: a Confederação Nacional de Agricultura (muito presente no noticiário durante os debates sobre o Código Florestal, por exemplo) surge como fonte de informação em apenas 0,9% de todos os textos analisados. O Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), ligado ao setor agropecuário, desempenha esse papel em ínfimos 0,1% do material.

Merece atenção, portanto, a possibilidade de que o Setor Privado saiba buscar as redações quando tem interesse na notícia, mas não seja procurado com a mesma disposição em situações nas quais deveria ser alvo de questionamento ou cobrança – ou seja, quando não lhe traz benefício algum aparecer no noticiário.

A comunidade científica

Importante registrar a pouca atenção dada pela imprensa à Academia. Universidades são consultadas em 4,7% dos textos, enquanto Especialistas e Técnicos estão em 6,5%. No entanto, há espaço para que esses atores sejam mais ouvidos, afinal enormes desafios técnico-científicos estão presentes em todos os aspectos relacionados ao combate ao desmatamento: tecnologia de monitoramento, fomentos a atividades produtivas, recuperação de áreas degradadas, questão fundiária, mudanças nos modelos de produção etc.

• Vale mencionar, ainda, que apenas 17,2% do material inclui algum tipo de divergências de opiniões – fato diretamente relacionado ao baixo índice de investigação de soluções.



CONTEXTUALIZAÇÃO

Pautando por conta própria

Entre os aspectos que destacam o setor privado dos outros atores envolvidos na agenda desmatamento na Amazônia é o fato de poder pautar seus interesses diretamente, eliminando os intermediários na comunicação com parte de seu público-alvo e até mesmo com o público em geral.

Afinal, o setor agropecuário é hoje proprietário de diversos meios de comunicação. A TV Bandeirantes, por exemplo, apresenta-se em seu website como uma emissora ruralista. A Band também é dona do canal fechado Terra Viva. O Canal Rural foi recentemente comprado pela JBS, maior empresa mundial de processamento de carne. E a Rede Brasileira de Agropecuária, especializada em leilões de gado, é dona do Canal do Boi, popular entre pecuaristas.

Tabela 17 – Fontes ouvidas – jornais*/**

FONTES OUVIDAS	%
Governo Federal	29,8%
Ministério do Meio Ambiente	14,2%
Executivo Federal em geral	11,3%
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	4,2%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1,0%
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	1,0%
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	0,9%
Ministério da Agricultura	0,8%
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	0,4%
Ministério das Minas e Energia	0,3%
Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	0,1%
Executivo Estadual	11,3%
Executivo Municipal	2,9%
Polícia	2,8%
Legislativo	6,3%
Legislativo Federal	4,8%
Legislativo Estadual ou Distrital	1,5%
Legislativo Municipal	0,1%
Judiciário	0,8%
Ministério Público	4,3%
Sociedade Civil	18,4%
Organizações da sociedade civil diretamente ligada a causas ambientais	12,3%
Greenpeace	4,6%
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	1,1%
Instituto Socioambiental (ISA)	0,9%
The Nature Conservancy (TNC)	0,8%
Amigos da Terra	0,7%
WWF - Brasil	0,4%
Conservação Internacional (CI-Brasil)	0,1%

FONTES OUVIDAS	%
Organizações da Sociedade Civil em geral (sem vínculo com a questão ambiental)	3,3%
Sindicados e federações de trabalhadores	1,5%
Movimentos sociais	0,7%
Lideres comunitários	0,7%
Alianças de ONG	0,1%
MST	0,1%
Especialistas / Técnicos	6,5%
Universidades	4,7%
Cidadãos comuns	3,3%
Setor privado	11,5%
Empresas não estatais	4,7%
Outras associações setoriais de empresários	3,4%
Federações estaduais de indústrias e outras	2,2%
Médios e grandes produtores	1,9%
Outras organizações do terceiro setor ligadas a empresários	0,9%
Confederação Nacional da Agricultura (CNA)	0,9%
Institutos e fundações empresariais	0,6%
Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone)	0,1%
Conselho Nacional da Indústria (CNI)	0,0%
Pequenos produtores	0,9%
Empresas estatais	0,5%
Atores internacionais	5,0%
Organismos Internacionais	3,2%
Governos estrangeiros	0,7%
Banco Mundial	0,6%
União Europeia	0,5%
Agência Nacional da Água (ANA)	0,1%
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	0,1%
Outros	4,2%

^{*}Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

^{**} Não foram contabilizadas as matérias de dimensão mínima.



Quem é referência para a imprensa?

Além da identificação das fontes de informação, a metodologia desenvolvida pela ANDI garante uma segunda maneira de entender se determinados atores sociais estratégicos para a agenda do desmatamento contam com a devida atenção por parte das redações. Trata-se da mensuração das citações a esses indivíduos e entidades, a partir da leitura atenta do conjunto amostral da análise.

Não se resume a localizar no texto a fala resultante de uma entrevista realizada pelo repórter. A variável computa momentos nos quais esses atores-chave são mencionados. Além disso, avalia a forma como essa menção é feita: apenas citado, cobrado, desculpabilizado ou como agente de uma ação específica. Alguns números interessantes surgem dessa investigação.

Poder Executivo

Quando considerados todos os órgãos do Poder Executivo Federal – incluindo a menção genérica ao governo brasileiro –, constata-se que o

índice de citação alcança 60,6% do total de textos pesquisados, o que o coloca no topo da lista dos atores-chave mencionados pela imprensa.

Esse dado reforça a tendência encontrada na análise das fontes de informação consultadas pelos jornalistas (29,8%, conforme vimos na seção anterior) e deixa claro que as redações brasileiras reconhecem a responsabilidade estratégica do Governo Federal no que se refere à agenda do desmatamento na Amazônia. Nesse universo, o Ministério do Meio Ambiente surge como ator individual mais frequentemente mencionado nos textos: está presente em 18,6% deles.

O Governo Federal é citado em 60,6% das notícias pesquisadas. Em detalhes:

- É simplesmente mencionado em 33,9% dos textos.
- Tem uma ação sendo descrita, analisada ou divulgada em 31,5%.
- Em 12,1%, é responsabilizado ou cobrado.
- É desculpabilizado em apenas 0,5% dos casos.

O Executivo Estadual aparece em 23,3% das matérias, no que certamente corresponde à sua importância para a implementação das políticas cada vez mais descentralizadas de enfrentamento ao fenômeno. O índice é quase três vezes maior do que o observado para sua presença como fonte de informação – os gestores estaduais foram ouvidos em 11,3% da amostra. Olhando em detalhes:

- O Executivo Estadual é simplesmente mencionado em 9,8% desses textos.
- Tem uma ação sendo descrita, analisada ou divulgada em 11,5%.
- Em 3,2%, é responsabilizado ou cobrado.
- É desculpabilizado em 0,3% dos casos.

Sociedade civil

As organizações da Sociedade Civil são citadas em 13,7% das notícias. Como seria de esperar, as entidades ligadas diretamente a causas ambientais ocupam a maior parte desse con-



METODOLOGIA

Índice de citação dos atores-chave

O Índice de citação avalia quatro situações específicas, relacionadas a cada ator identificado no texto:

- Quando é responsabilizado.
- Quando é desculpabilizado.
- Quando tem uma ação sendo descrita/ analisada.
- Quando é simplesmente mencionado na matéria.

Em um mesmo texto, o ator referido pode ser classificado em mais de uma das categorias descritas. Tomando o Executivo Federal como exemplo, há situações em que ele pode ser apresentado como responsável por um determinado problema e, ao mesmo tempo, ter uma ação analisada. Nos casos em que o ator foi simplesmente mencionado, ele não foi enauadrado em nenhuma das demais categorias.

junto (11%). A maneira como são retratadas denota bom posicionamento do setor junto à imprensa, como vemos abaixo.

- Em 6,9% das citações, elas têm uma ação sendo analisada, descrita ou divulgada.
- Em 4%, são simplesmente mencionadas.
- Em 0,4% da amostra, são responsabilizadas ou cobradas pelo desmatamento.
- Em 0,2%, são desculpabilizadas.

Por sua vez, as organizações do Terceiro Setor não relacionadas diretamente a causas ambientais são citadas em 3,9% dos textos analisados.

Setor privado

O Setor Privado/Produtivo aparece em 21% do universo pesquisado, incluídas as associações empresariais e os médios e grandes produtores, além de menções genéricas ao setor. Os médios e grandes produtores rurais se destacam, estando presentes em 10,1% do total de textos.

Embora a presença do Setor Privado em pouco mais de um quinto das matérias não possa ser considerada limitada, fica evidente que ocupa espaço inferior ao dedicado ao Poder Executivo (mencionado em 60,6% da amostra analisada).

Esse dado reforça o desequilíbrio já identificado na avaliação das fontes ouvidas. É definitivamente uma cobertura centrada no poder político (federal, sobretudo) e ainda pouco disposta a debater sobre o papel que o Setor Privado desempenha no processo, seja como agente causador, seja como corresponsável pela busca de soluções.

Um setor cada vez mais invisível

Quando olhamos mais a fundo o conjunto de textos que conta com a presença do Setor Privado (21% do total), podemos identificar como se comportam dois grupos distintos de atores:

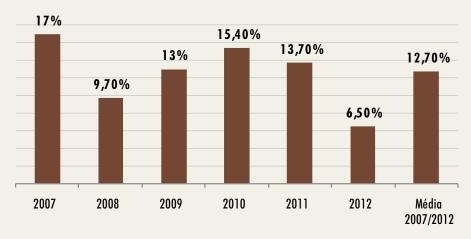
- O Setor Privado em Geral (que inclui associações de empresários e menção genérica ao setor privado).
- Os Médios e Grandes Produtores Agropecuários.

Assim configura-se o Setor Privado em Geral, que aparece em 12,7% do noticiário:

- Em 6,4%, é apenas mencionado.
- Em 4,5%, tem uma ação sendo descrita, analisada ou divulgada.
- É responsabilizado ou cobrado em 2,1% dos textos.
- É desculpado ou desresponsabilizado em 0,2%.

Um agravante em relação ao déficit diagnosticado: o Gráfico 7 flagra o movimento de recuo da iniciativa privada no debate sobre uma Amazônia sustentável ao longo dos anos. Em 2007, ela aparece em 17,0% do noticiário sobre desmatamento; em 2012, essa marca não supera 6,5%.

Gráfico 7 – Menção ao Setor privado em geral, por ano – jornais*



^{*} Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.

Médios e grandes produtores agropecuários

Os Médios e Grandes Produtores Agropecuários são citados em 10,1% do noticiário sobre desmatamento, desta forma:

- Em 6,9% do total de textos analisados, são simplesmente mencionados.
- Em apenas 2,8%, são responsabilizados ou cobrados. É pouco, quase nada.
- Em 0,9%, têm uma ação sendo descrita, analisada ou divulgada índice praticamente insignificante. Ademais, nesse recorte não se encontram menções a iniciativas que pressionam o desmatamento, nem às eventuais atividades/experiências de produção em novo modelo de negócio.
- São desculpabilizados em 0,3% dos casos.



FAZENDO O DEVER DE CASA

Nos jornais econômicos, o setor privado em geral é mencionado em 27,5% da cobertura – dado já esperado.

Quando analisamos os textos a partir da abordagem de responsabilidade social empresarial, os veículos de economia também se destacam: a variável está presente em 22,5% de suas matérias. Nos diários de alcance nacional e regional, esse enfoque aparece apenas em 6,1% do material publicado.

Outros atores, outras vozes

O Ministério Público, entre outras ações, responsável por aplicar Termos de Ajustamento de Conduta a desmatadores, é citado em 8,6% dos textos (vale relembrar que, como fonte de informação, aparece em apenas 4,3% do noticiário).

- Em 5,7% do material, tem uma ação sendo descrita, analisada ou divulgada.
- Em 3,1%, é simplesmente mencionado.
- É responsabilizado ou cobrado em 0,2%.

O Poder Legislativo é citado por 11,4% das matérias analisadas (conforme vimos há pouco, como fonte de informação era consultado em 6,3% da amostra).

- Em 6,2% dos textos, o Legislativo tem uma ação sendo descrita, analisada ou divulgada.
- Em 5,3%, é simplesmente mencionado.
- Em 0,8% dos textos é cobrado ou responsabilizado.
- É desculpabilizado em somente 0,1% delas.

METODOLOGIA

PEQUENOS AGRICULTORES

É importante ter claro que, segundo a metodologia utilizada, os pequenos agricultores não foram classificados como Setor Privado. Essa categoria – que marca presença em 21% do universo amostral – inclui menções ao setor privado em geral e aos médios e grandes produtores.

Avaliados como categoria independente, por se aproximarem muito mais da agricultura familiar, os pequenos agricultores aparecem em 5,8% dos textos pesquisados:

- Em 4,3%, são apenas citados.
- Em 1%, têm uma ação sendo descrita, analisada ou divulgada. A inexistência de debate também sobre as iniciativas dos pequenos empreendedores no noticiário revela, uma vez mais, um jornalismo que muito raramente vai a campo.
- São responsabilizados ou cobrados em 0,5% dos textos.
- São desculpabilizados em 0,3% das notícias.

Opiniões mais diversificadas

De maneira geral, a cobertura das revistas se mostra mais qualificada do que a dos jornais no que diz respeito à atenção dada a atores não ligados ao Executivo Federal com papel importante nas questões relativas ao desmatamento.

Ao contrário do que aconteceu na reflexão sobre a cobertura dos diários, nesse caso estaremos analisando ao mesmo tempo os dados relacionados à consulta diretamente feita a esses atores pelos repórteres quanto aos casos em que sua atuação é citada, avaliada ou questionada (mas sem que sejam ouvidos como fontes de informação).

Por outro lado, a maior atenção aos setores não estatais não significa que as revistas tenham reservado pouco espaço às várias esferas de governo. O Executivo Federal, por exemplo, é a fonte de informação mais consultada – está em 38% do material publicado pelas semanais.

O que acontece, portanto, é que estes textos envolvem a consulta e a menção a um número significativamente maior de atores em seu processo de elaboração. Isso é evidenciado pelo fato de que 31% do material analisado nas revistas apresentam divergências de opiniões – esse índice aparece bem mais reduzido nos jornais (17,2%).

Setor privado

Nas quatro revistas analisadas, o Setor Privado (incluindo médios e grandes produtores e a categoria setor privado em geral) está presente em 28% dos textos analisados. Quando considerados cada um desses grupos separadamente, temos o seguinte quadro:

- A citação genérica do Setor Privado aparece em quase um quarto (21,5%) das matérias.
- Já os Médios e Grandes Produtores Rurais são mencionados em proporção semelhante em revistas e jornais 10,7% e 10,1%, respectivamente.

Outros dados relevantes:

- As revistas tendem a consultar/entrevistar mais o Empresariado, se comparadas aos jornais: 20,6% contra 11,5%.
- A Responsabilidade Social Empresarial tem mais que o dobro de menções nas revistas (16,4% contra 7,3%).
- A citação a compromissos assumidos pelo Setor Privado no combate ao desmatamento também é mais frequente nas semanais: 12,9% das matérias analisadas. Diferentemente dos jornais, entretanto, o setor envolvido em compromissos mais mencionado foi o supermercadista, que em 2009 selou um pacto para excluir o desmatamento de suas cadeias de suprimento.

Sociedade civil

As organizações da Sociedade Civil são diretamente ouvidas pelas revistas em expressivos 32,7% dos textos, contra 15,9% nos jornais.

- Elas também são citadas em 29,3% da cobertura, índice bem acima do encontrado nos jornais (13,7%).
- As ligadas especificamente a causas ambientais são mencionadas em 19,8% da amostra das semanais, em comparação a 11% nos diários.

Outros atores

- As revistas também deram mais atenção para os ministérios que, além do Ministério do Meio Ambiente, têm poder decisório na questão do desmatamento. Em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, verifica-se 11,2% de citações nos veículos semanais, contra 4,7% dos jornais.
- O Ministério Público é citado em maior proporção pelas revistas que pelos jornais diários (11,6% contra 8,6%). Mais significativa é a frequência com que ele é consultado de forma direta pelas revistas: 7,8% contra 4,3%.
- Chama a atenção também o maior destaque dado ao Legislativo, citado em 15,5% das matérias das revistas e consultado diretamente em 11,6%. Esses índices são de 11,4% e 6,3% nos jornais, respectivamente.



A perspectiva institucional

Uma das evidências de que a imprensa busca manter seu olhar sobre as políticas públicas voltadas à agenda do desmatamento está no que classificamos como perspectiva institucional dos textos.

- O foco institucional da cobertura sobre desmatamento é majoritariamente associado ao Poder Executivo (49,6%), seguido de longe por um enquadramento temático ou seja, explora certo tema sem associá-lo a indivíduos ou grupos específicos (9,6%).
- A perspectiva das organizações da sociedade civil vem na terceira colocação (8%).

Conforme evidencia a Tabela 18, no âmbito desses 49,6% de textos com foco no Executivo, a esfera federal é de longe aquela à qual os jornalistas mais se referem (70,7%). A esfera estadual (18,3%) vem em seguida. A colaboração entre União e Estados é o terceiro foco mais presente, mas com índice de apenas 5,2% dos textos com foco institucional no Executivo. O Executivo Municipal aparece somente em 3,4%

dos textos, em quarto lugar, evidenciando algo curioso: quanto mais perto espacialmente do problema (a Amazônia), menor é a inserção na mídia.

Infelizmente, a imprensa faz poucos esforços para colocar a questão de um ponto de vista de múltiplas responsabilidades e possibilidades de ação conjunta, mesmo quando nos restringimos a observar a esfera governamental.

Outros espaços de colaboração (estados com estados, municípios com municípios, Brasil com as demais nações amazônicas) são igualmente ignorados. Para uma cultura (do Brasil e do jornalismo brasileiro) na qual "a Amazônia é (só) nossa", não é de se estranhar que em apenas 0,2% dos textos encontremos algo sobre colaboração entre governos nacionais que têm a floresta em seu território.

Tabela 18 - Perspectiva governamental - jornais*

Perspectiva governamental	%
União (Governo Federal)	70,7%
Estados (governos estaduais) ou Distrito Federal (GDF)	18,3%
Colaboração União/Estados	5,2%
Municípios (administrações municipais)	3,4%
Colaboração estados/municípios	0,6%
Colaboração União/municípios	0,6%
Colaboração nos três níveis	0,4%
Colaboração entre governos nacionais	0,2%
Não menciona/não foi possível identificar	0,7%
TOTAL	100%

^{*}Percentual calculado para os 49,6% de textos com foco institucional no Executivo.

- Entre os escassos 5,7% de menções aos Pprogramas Locais (estaduais/distritais ou municipais), a maior parte aborda ações de grande relevância: de ordenamento fundiário e territorial (33,9%), seguidas pelas de monitoramento e controle e pelas de fomento a atividades produtivas sustentáveis (24%, cada). Sinal de que, quando a imprensa quer ou pode chegar mais perto do problema, sabe fazê -lo e enriquece a informação.
- Entre as iniciativas mais mencionadas estão o Programa Mato-grossense de Regularização Ambiental Rural,



METODOLOGIA

Opção de abordagem

Uma forma de analisar como um determinado tema se apresenta na cobertura jornalística é por meio do seu enquadramento (framing) – ou seja, da opção de abordagem adotada pelo veículo durante o processo de elaboração da notícia.

Entre as muitas possibilidades de avaliação de enquadramento, está a que busca identificar o foco institucional, averiguando se o tema está sendo centralmente abordado a partir da perspectiva de uma ou mais instituições que conformam o sistema democrático, e se alguma delas estaria sendo privilegiada na construção do noticiário.

o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas de Mato Grosso, o programa Um Bilhão de Árvores para a Amazônia (Governo do Pará) e a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal (Governo do Acre).

A nossa Amazônia é internacional

Mais de dois terços das matérias sobre desmatamento na Amazônia veiculadas pelos jornais das diversas regiões brasileiras possuem um caráter nacional – ou seja, deixam de contextualizar que parte da Amazônia está localizada fora do País.

- No total, 86,4% dos textos s\u00e3o focados apenas no Brasil.
- Outros 11,9% enfocam o Brasil e outros países fora da Amazônia Internacional.
- Os outros países da Amazônia Internacional aparecem associados a textos sobre o desmatamento em apenas 1,4% da amostra.

Vale notar que o Brasil apoia e lidera a implementação de um plano regional de combate ao desmatamento – problema que tem aumentado na Bolívia e nas Guianas.

- A despeito da importância da cooperação internacional para o financiamento de ações de combate ao desmatamento, atores ligados a esta agenda são pouco consultados de forma direta pela imprensa. Aparecem como fontes de informação em 5% da amostra, conforme vimos na Tabela 17. Nesse recorte, vale destacar ainda que os governos estrangeiros são ouvidos em somente 0,7% dos textos, enquanto a Agência Brasileira de Cooperação aparece em ínfimos 0,1%.
- Por outro lado, o conjunto dos atores internacionais é citado em 8% de todo o material analisado.
 - » Eles são simplesmente mencionados em 3,8% das matérias.
 - » Têm uma ação sendo descrita, analisada ou divulgada em 4%.
 - » São cobrados em somente 0,3% deles.
 - » São desculpabilizados em 0,1% dos casos.

NAS REVISTAS

Diretamente de Brasília

As revistas, menos atrelada a dados factuais, oferecem um maior destaque à perspectiva temática (não institucional), a qual representa 24,6% de seu enquadramento jornalístico – contra 9,6% na média dos jornais.

Trata-se de dado positivo, até porque não significa que as revistas deixem de observar as políticas públicas: elas apresentam menor proporção de enquadramento no Poder Executivo do que os jornais, embora também em suas páginas a perspectiva majoritária seja governamental (38,8%).

 Os veículos semanais oferecem uma perspectiva governamental ainda mais centrada no Governo Federal. A grande maioria dos 38,8% textos construídos a partir do enquadramento no Poder Executivo abordou a questão sob a ótica de Brasília (em 85,6% das vezes).



Corresponsabilidades

É papel da imprensa ampliar seu foco sobre a questão da descentralização do combate ao desmatamento, bem como nas ações colaborativas entre União, estados, municípios – e entre o Brasil e as demais nações amazônicas. Os dados relativos à perspectiva institucional do texto (página 81) apontam para uma concentração muito forte da cobertura nas iniciativas definidas e/ou executadas em nível federal.

A descentralização das ações de combate vem ocorrendo com mais força e consistência desde 2007, quando foi realizada a ampliação dos métodos de monitoramento do desmatamento via satélite na região mais intensamente impactada, conhecida como Arco de Desmatamento. Os avanços conseguidos por políticas estaduais e municipais implementadas para que diversos municípios deixem a lista daqueles que mais desmatam no País são exemplos de que há uma grande necessidade de intervenção local para que o desmatamento seja freado.

Vale destacar também que cabe aos Executivos Estaduais, desde 2008, a responsabilidade de efetivar a implementação dos Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento.

Em relação à agenda internacional da Amazônia, não bastassem um mundo globalizado e uma América do Sul buscando formas de articular-se como bloco político e econômico, preocupam eventuais problemas futuros de fronteira, à medida que crescem os interesses sobre a região, seus recursos e riquezas.

Encontros/cúpulas dos presidentes ou ministros do continente e de seus diversos blocos político-econômicos, além de fóruns específicos – como a Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), por exemplo – garantem suficiente mobilização pública para que a imprensa possa provocar o tema ou dar mais atenção ao que já se encontra em debate, a respeito de ações individuais ou conjuntas das distintas instâncias de governo e de colaborações entre as nove nações amazônicas.

A abordagem da lei

Ao contrário do que ocorre com a menção a políticas, programas e projetos (poucas vezes citados), a menção à legislação (dado importante de contextualização) é razoavelmente farta no noticiário sobre o desmatamento da Amazônia: mais de um quarto (28,2%) da cobertura analisada cita alguma lei, documento ou jurisprudência - percentual maior do que o encontrado em outras pesquisas realizadas pela ANDI.

- Um dado positivo mostra que mais do que apenas citar leis, a imprensa procurou contextualizar o leitor quanto ao foco desses documentos: entre os 28,2% de matérias que mencionam legislação, 63,5% abordam também seu conteúdo. Por outro lado, apenas 3,6% desses textos comparam legislações.
- A lei mais citada é, de longe, o Novo Código Florestal (presente em 9,1% do total de matérias analisadas), que gerou debates e embates ao longo do ano de 2011 e foi aprovado no final de 2012.
- Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) assinados com o Ministério Público são citados em 1.5% de todos os textos.

POLÍTICAS PÚBLICAS: AS ESPECÍFICAS E AS GENÉRICAS



Apesar do grande foco nos poderes públicos, uma omissão da imprensa deve ser enfatizada: apenas 19,6% dos textos analisados mencionam a políticas públicas específicas. Entre as mais mencionadas estão programas e projetos estaduais (4,6%) e o PAC (3,2%). O PPCDAm aparece em 0,5%. O Programa Municípios Verdes, em 0,1%.

Obviamente isso não quer dizer que elementos dessas políticas não sejam abordados no noticiário (como veremos adiante no caso do PPCDAm), mas falha a imprensa porque deveria melhor contextualizar o cidadão – e prestar-lhe serviço – sobre a formulação, gestão e avaliação das políticas.

Tabela 19 – Políticas públicas específicas mencionadas – jornais*/**

Políticas públicas específicas	%
Não menciona políticas específicas	80,4%
Planos/Programas estaduais/distritais	4,6%
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	3,2%
Plano Amazônia Sustentável	2,3%
Programa Terra Legal	1,3%
Operação Arco Verde	1,2%
Planos/Programa Municipal	1,1%
Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm)	0,5%
Política Geral de Preços Mínimos e Política de Aquisição de Alimentos (PGPM/PAA)	0,1%
Plano de Ação para o Cerrado (PPCerrado)	0,1%
Programa Município Verde	0,1%
Outro projeto/programa de âmbito federal	7,3%

^{*} Questão permite marcação múltipla, donde a resultado final pode ser superior a 100%.

∬ <u>Em pauta</u>

Mapa da mina

É fundamental ao leitor/cidadão que a imprensa dê nomes às políticas, aponte onde são gerenciadas, informe links para que o cidadão conheça as leis, programas e projetos de políticas públicas. Trata-se de um serviço essencial.

Atualmente, o acesso à internet permite aos meios de comunicação remeter o leitor a websites oficiais e não governamentais para que ampliem o conhecimento sobre os temas. Mas para isso devem pelo menos oferecer algumas pistas (o nome das políticas/ programas, números de leis etc.) para que o cidadão possa aprofundar--se na questão de forma mais autônoma.

^{**} Não foram contabilizadas as matérias com abordagem lateral.

A Pauta do PPCDAm



Sem conhecimento, não há cobrança

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) foi a resposta do Governo Federal ao cenário de descontrole do desmatamento da Amazônia do início dos anos 2000. De maneira geral, porém, a imprensa brasileira não despertou para a relevância estratégica do PPCDAm, citado explicitamente em 0,5% das matérias avaliadas pela ANDI.

As poucas menções ao PPCDAm não significaram, no entanto, que as temáticas relacionadas aos eixos do Plano deixem de marcar presença na cobertura – na verdade, essas questões surgem com relativa assiduidade e em proporções que refletem, com precisão, o grau do esforço empreendido até agora pelo governo na gestão de cada um dos três eixos:

Quase metade das matérias pesquisadas (47%) aborda ações relacionadas ao eixo de Monitoramento e Controle Ambiental. De acordo com vários estudos e avaliações, essa foi a área na qual o PPC-DAm mais avançou.

UMA POLÍTICA, DISTINTAS FASES



O PPCDAm foi lançado em abril de 2004 como uma estratégia de redução de desmatamento combinando três eixos de intervenção: Ordenamento Territorial e Fundiário; Monitoramento e Controle Ambientais; e Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis. Contava com a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e a participação de 13 ministérios e da sociedade civil. Devido à evidente convergência de foco, acabou incorporado à Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Entre 2004 e 2006, o Plano ocupou a centralidade da política ambiental do governo e foi o principal espaço institucional para o tratamento dos assuntos da Amazônia. Os seus resultados passaram a ter algum efeito na redução do ritmo de perda das florestas.

No segundo semestre de 2007, os alertas mensais emitidos pelo Sistema Deter começaram a apontar uma retomada do aumento nas taxas do desmatamento. Era hora de começar uma reavaliação do PPCDAm. Entre os pontos fracos dessa primeira fase estão: falta de detalhamento de suas ações, orçamento, período de execução e resultados esperados; pouco engajamento dos estados e municípios para elaboração de planos locais; o componente de fomento a atividades produtivas sustentáveis foi avaliado como menos exitoso e a regularização fundiária teve um ritmo aquém do previsto.

Entre 2009 e 2012, o PPCDAm passou a focalizar também esses aspectos considerados fracos, mas uma das principais apostas do segundo período foi a "estadualização" do plano. Os estados amazônicos foram apoiados para assumir a agenda de redução do desmatamento, formulando os seus respectivos planos estaduais, similares ao PPCDAm federal. O governo concluiu que não iria muito longe sozinho.

Após a readequação do PPCDAm e do trabalho em conjunto com os governos locais, o resultado mais comemorado foi a redução da taxa do desmatamento, de 27,7 mil Km² para 7 mil Km² em 2011. Entre os outros avanços podemos citar:

- Criação de 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação (UC) federais e estímulo à criação de outros 25 milhões pelos governos estaduais (Amazonas e Pará).
- Homologação de 10 milhões de hectares em terras indígenas.
- Aprimoramento dos sistemas de monitoramento: o Prodes passou a ser divulgado no mesmo ano da taxa monitorada, a criação do Deter (que é um aperfeiçoamento do Prodes), do sistema que detecta as taxas de degradação florestal (Degrad), por exemplo.
- Aperfeiçoamento da fiscalização ambiental, com o uso de informações do monitoramento, planejamento sofisticado das operações e integração com outras forças com poder de polícia (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança, Exército etc.).
- Embargo de aproximadamente 930 mil hectares de áreas ilegalmente desmatadas, apreensão de mais de 1 milhão de m³ de madeira ilegal, R\$ 9 bilhões em multas aplicadas.

- Iniciativas relacionadas ao **Ordenamento Territorial** estão presentes em 22% dos textos do universo analisado.
- Ações de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis foram menos abordadas pelos jornalistas. Representam apenas 17% da amostra, o que espelha a realidade do PPCDAm: de acordo com avaliações, esse foi o eixo do plano que menos evoluiu ao longo dos anos.

Chamando a imprensa

Podemos observar, por meio dos dados apresentados, que as atividades de monitoramento e controle, evidentemente relevantes no combate ao desmatamento, mas com perfil mais "midiático", impulsionam a cobertura. As ações conjuntas de vários órgãos, as apreensões de madeira pelo lbama e as grandes operações de repressão aos grileiros e madeireiros geram boas imagens e interesse da opinião pública, sendo bastante divulgadas pelo governo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

OS EIXOS DO PLANO

Uma visão dos principais elementos que configuram cada um dos três eixos do PPCDAm é essencial para entender-se como eles se articulam e complementam, no esforço de reduzir o desmatamento:

- 1 Ordenamento Territorial: Para impedir o uso indevido da terra e o avanço do desmatamento ilegal, várias unidades de conservação foram criadas ao longo dos últimos anos. O governo também passou a regularizar as terras públicas federais não destinadas (entre 30 e 35 milhões de hectares), incluindo demarcação e regularização de terras indígenas.
- 2 Monitoramento e Fiscalização (Comando e Controle): Entra em operação o sistema de sensoriamento remoto (Deter), do INPE, que permite o monitoramento diário de desmatamento na Amazônia, ampliando a eficiência da fiscalização. Operações de fiscalização começam a ser realizadas em períodos de 15 dias. Posteriormente, determinados pontos críticos passam a ser fiscalização por um período de um mês. A partir de 2013, seis áreas críticas começam a contar com fiscalização constante por um período de um ano.

Ao sensoriamento por satélite, que está à disposição para consulta no site do INPE, se somaram operações de inteligência (Ibama, Abin e Polícia Federal) para combater grupos que cometem ilícitos ambientais, a exemplo da operação Curupira, no estado de Mato Grosso. Essas operações continuam a acontecer, inclusive para enfrentar situações de corrupção ligadas ao desmatamento.

3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis: É o eixo de progresso mais lento, já que implica em mudança de comportamento e visa a desenvolver uma economia florestal a partir do manejo florestal sustentável, da agricultura de baixo carbono e da ampliação da produtividade, com melhores práticas na pecuária.

No entanto, imprensa e sociedade devem estar atentas para que as ações com outras características – ou seja, aquelas relacionadas aos eixos 2 e 3 – não permaneçam por demais fora da agenda. Reduzir e/ou zerar o desmatamento não é tarefa que se vença apenas pela fiscalização/punição ou, como se diz no jargão dos ambientalistas, de comando e controle.

A seguir, apresentaremos alguns resultados da pesquisa realizada pela ANDI que permitem uma avaliação mais aprofundada sobre como a mídia impressa brasileira vem abordando as questões centrais relacionadas a cada um dos eixos do PPCDAm.

Eixo de Ordenamento Territorial

Iniciativas relacionadas ao foco de incidência do eixo de Ordenamento Territorial do PPCDAm aparecem em 22% de todos os textos analisados pela ANDI. Um destaque da análise é que a criação de áreas protegidas foi citada, no período analisado, em textos que mantêm vínculo com esse primeiro eixo. As unidades de conservação representam uma das iniciativas consideradas essenciais para a redução do desmatamento no Brasil e praticamente a única frente desse eixo do PPCDAm considerada exitosa em avaliações do plano.

As ações mais mencionadas são o licenciamento ambiental (29,8%)
 e a Regularização Fundiária em Geral (29%).

Tabela 20 – Ações associadas ao eixo de Ordenamento Territorial abordadas nas matérias – jornais*/**

Ações de ordenamento territorial	%
Licenciamento ambiental	29,8%
Regularização fundiária em geral	29,0%
Criação de unidades de conservação	21,8%
Macrozoneamento e Zoneamento Ecológico Econômico	17,2%
Regularização fundiária em assentamentos do INCRA	7,1%
Regularização pelo Programa Terra Legal	6,3%
Homologação de terras indígenas	5,0%
Inibição ou cancelamento de títulos de imóveis rurais	0,4%
Outro	2,1%

^{*} Percentual calculado sobre os 22% de matérias que mencionam ações associadas ao eixo Ordenamento Territorial.

^{**} Questão permite marcação múltipla, donde a resultado final pode ser superior a 100%.

NAS REVISTAS

Os donos da terra

Os veículos semanais oferecem uma atenção distinta às ações relacionadas ao eixo de Ordenamento Territorial, privilegiando o tema da Regularização Fundiária.

- Questões relacionadas à Regularização Fundiária (38,3%) e aos Assentamentos do Incra (22,5%) são as mais abordadas, padrão distinto dos jornais, que garantem maior foco ao licenciamento ambiental. Os Assentamentos estão em 22,5% dos textos das revistas referentes a este eixo, enquanto nos jornais o índice é de apenas 7,1%.
- Além disso, a menção à ausência de ações de Ordenamento Territorial é mais presente nas revistas: 11,2% das matérias analisadas.

Tabela 21 – Ações associadas ao eixo de Monitoramento e Controle Ambiental abordadas nas matérias – jornais*/**

Ações mencionadas	%
Operações da Política Federal, da Força Nacional e do Ibama	26,3%
Ações de fiscalização (multas, apreensões de bens e produtos de origem ilegal, etc.)	21,8%
Monitoramento do desmatamento	15,9%
Embargo de áreas desmatadas ilegalmente	9,4%
Cadastro Ambiental Rural (CAR)	9,1%
Ações de fiscalização e controle em geral (sem especificação)	9,1%
Ação do Ministério Público Federal, exigindo a assinatura de TACs (Termos de Ajustamento de Conduta)	7,5%
Corresponsabilização da cadeia produtiva da carne (ex.: compromisso com frigoríficos)	7,5%
Restrições financeiras e comerciais contra quem desmata ilegalmente (ex.: restrições de crédito)	6,7%
Criação de áreas Protegidas	4,3%
Foco em municípios com maior desmatamento (ex.: criação de listas de municípios que mais desmatam)	3,8%
Corresponsabilização da cadeia produtiva da soja	2,2%
Uso da inteligência na fiscalização	1,9%
Campanhas pela moratória da compra de produtos oriundos de áreas desmatadas ilegalmente	1,6%
Corresponsabilização de compradores (ex.: divulgação na internet de áreas sob embargo econômico)	1,3%
Combate à corrupção	0,0%
Outras	19,4%

^{*} Percentual calculado sobre os 34,5% de matérias que mencionam de Controle.

^{**} Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

Eixo de Monitoramento e Controle

Para radiografar a cobertura relativa ao segundo eixo do PPC-DAm, foram contabilizadas as matérias que fazem menção a dois tipos distintos de atuação do poder público:

- O monitoramento das áreas desmatadas.
- As ações de controle ao desmatamento.

Como vimos, quase a metade (47%) dos textos analisados pela ANDI faz referência a pelo menos uma dessas iniciativas. Mas quando consideradas isoladamente, observa-se uma menção maior às ações de controle (34,5%) do que às de monitoramento (23,8%). Apesar da diferença de aproximadamente dez pontos percentuais, pode-se dizer que as duas formas de atuação desfrutam de significativa atenção da imprensa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

OS SISTEMAS DE MONITORAMENTO

Além do Prodes (ver página 18), outros dois sistemas utilizados para acompanhar as tendências de evolução do desmatamento na Amazônia são hoje considerados mais estratégicos e - conforme constata a análise realizada pela ANDI - garantem a atenção dos principais meios impressos do País.

Desmatamento em Tempo Quase Real (Deter) - Criado pelo Inpe para produzir alertas sobre indícios de desmatamentos, permite o envio diário de informações ao Ibama, auxiliando as equipes de fiscalização a planejar suas operações de campo com agilidade quando há sinais tanto de corte raso como de degradação florestal, em áreas acima de 25 hectares. Para isso, utiliza dois satélites, os quais oferecem maior número de imagens, embora com uma resolução menor, o que obriga o mapeamento de áreas mais extensas. Outra limitação é a impossibilidade de captar alterações na floresta quando há presença de nuvens.

Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD) - Único sistema implementado por uma organização da sociedade civil - o Imazon - o SAD conta com uma resolução de 250 metros e registra tanto áreas sob corte raso quanto sob degradação florestal, em toda Amazônia Legal. Nos últimos anos, passou a computar também as emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento. Seus dados são divulgados mensalmente, por meio de boletins disponíveis na internet. O Imazon tem sua sede em Belém e atua especificamente com a temática florestal, tendo nos últimos anos desempenhado importante papel no âmbito do Programa Municípios Verdes, do Governo do Pará.



METODOLOGIA

O olhar do leitor

Por serem de forte impacto – com números e imagens de apreensões, aparato policial, degradação da floresta – o senso comum percebe as matérias sobre Monitoramento e Controle como sendo a maior parte do que se produz sobre desmatamento na imprensa. O percentual é, de fato, bastante alto, mas seria maior se considerarmos que nossa metodologia de amostragem (por meio do sistema de Mês Composto) não garante a captura de todas as datas em que aconteceram as operações e ações de comando e controle.

A maior presença na mídia está associada a ações que mais registraram avanço na execução do PPCDAm ao longo dos últimos anos: as operações da Polícia Federal (26,3%) e as ações de fiscalização, como multas e apreensão de bens e produtos de origem ilegal (21,8%).

Entre os 23,8% de textos que abordam especificamente ações ou resultados do monitoramento do desmatamento, apenas 6% não identifica as fontes dos dados mencionados. Entre as fontes explicitadas, destacam-se os seguintes sistemas de monitoramento:

- Programa de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), também do Inpe.
- Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), do Inpe.
- Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Imazon.

A menção genérica ao Instituto Nacional de Pesquisas Especiais, sem a referência a algum de seus programas específicos, também aparece de forma recorrente.

Eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis

Dentre os três eixos do PPCDAm – e como demonstra avaliação independente realizada por demanda do Ministério do Meio Ambiente e da Comissão Executiva do próprio PPCDAm –, as ações de fomento às atividades produtivas e sustentáveis são as que menos avançaram na execução da política.

São também, como já questionamos, as menos abordadas pela imprensa: aparecem em 17,3% do material analisado. Deveria ser melhor. A partir das medidas de fomento (na sua implementação ou na ausência de políticas) é que a imprensa encontraria a melhor maneira de mostrar, debater e pressionar, não apenas para aumentar o controle do desmatamento, mas para acelerar a transição das atividades produtivas rumo a um modelo de economia sustentável.

- As atividades de fomento que têm mais espaço na imprensa são os projetos de manejo florestal e o financiamento para a conservação ambiental e recuperação da floresta – ocupam, cada um, 17,6% das matérias que dizem respeito ao eixo.
- Aparece na segunda posição, em 14,4% desse conjunto de textos.

Projetos específicos, como o Bolsa Verde e o Bolsa Floresta, são pouco valorizados pela imprensa: estão em 0,5% e 1,6% das matérias que falam sobre fomento, respectivamente.

Como esperado, os veículos especializados em economia se sobressaem quando se trata da discussão sobre o fomento às atividades produtivas sustentáveis. Nos meios especializados, 26% dos textos analisados tratam de iniciativas relacionadas ao fomento, ao passo que aproximadamente 17% das matérias publicadas nos demais veículos o fazem.

Tabela 22 – Ações de financiamento e de fomento a atividades produtivas sustentáveis mencionadas – jornais*/**

A ções	%
Crédito para conservação ambiental e recuperação da floresta	17,6%
Projetos de manejo florestal	17,6%
Projetos de REDD	16,6%
Projetos/ política agrícola sustentável	11,8%
Crédito para produções sustentáveis	11,2%
Pagamentos por serviços ambientais	7,0%
Outros projetos envolvendo comunidades extrativistas e indígenas	6,4%
Pesquisa e desenvolvimento	6,4%
Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis	5,3%
Iniciativas de restauração florestal	4,3%
Concessão florestal	3,7%
Alocação do ICMS para projetos de conservação	2,1%
Bolsa Floresta (no caso do Estado do Amazonas)	1,6%
Bolsa Verde (benefício para famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvem atividades sustentáveis)	0,5%
Outra	15,0%
Não menciona atividades específicas	6,4%

^{*}Percentual calculado sobre os 17,3% de matérias que mencionam ações associadas ao eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis.



soluções sustentáveis

Um ponto positivo, nos textos analisados, é que as iniciativas relacionadas ao fomento às atividades produtivas sustentáveis são apontadas como soluções para o problema do desmatamento na Amazônia em uma proporção maior do que as ações dos dois outros eixos do PPCDAm. O desafio, portanto, está em dar escala ao volume de matérias que abordam essas questões, aumentando a visibilidade de importantes propostas de enfrentamento do problema.

- Entre os 17% dos textos que abordaram ações relativas ao fomento às atividades produtivas sustentáveis, 44% discutem soluções.
- Entre os 22% de matérias que tratam de ações relacionadas ao eixo de ordenamento territorial, pouco mais de um terço (37%) apresentam soluções.
- No conjunto dos 47% de textos que abordam tópicos relacionados ao eixo de monitoramento e controle ambiental, 30% focam soluções.

^{**}Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

<u>Em pauta</u>

Desafios para o monitoramento

Pouco menos de uma década separa dois padrões do desmatamento no Brasil. Antes de 2005, predominava a perda de grandes áreas com 50 ha, 100 ha, e, até mesmo, acima de 1.000 ha, mas de lá para cá a participação relativa dos pequenos blocos de até 25 ha cresceu muito, em especial nos últimos anos. Em 2011, chegou a representar mais de 60% da taxa do desmatamento.

A alteração de cenário, que só foi possível identificar graças aos sistemas de monitoramento atualmente em uso, mostra, por outro lado, que essas mesmas ferramentas devem adaptar suas metodologias para dar conta do novo perfil do fenômeno e oferecer respostas às políticas que visam a atingir o índice zero. Segundo especialistas, essa adaptação precisa ser ágil, sob o risco de não oferecer informações cruciais para enfrentar a nova dinâmica de destruição da floresta.

Diferenciar legal de ilegal – Os sistemas atuais não são capazes de identificar se os desmatamentos encontrados são legais ou ilegais. Isso porque não há um controle georreferenciado das áreas autorizadas para desmatamento pelos estados, o que poderá ser sanado com a efetivação do Cadastro Ambiental Rural. Assim seria possível monitorar quem recebeu autorização e acabou desmatando mais do que foi aprovado, ou definir qual o peso dos desmatamentos legalizados na taxa geral.

Passar a mapear áreas ainda menores – Com uma tendência de crescimento nos desmatamentos de menor dimensão, torna-se evidente que os sistemas precisam ter condições de mapear essas áreas. Tal adaptação exige uma mudança metodológica que irá significar o rompimento com a série histórica construída até o momento, uma vez que usa como medida mínima 6,25 ha. Por esse motivo, apesar de captar trechos de até 1 hectare, o Prodes, principal sistema de monitoramento do Governo Federal, só os acrescenta à base de dados se houver outros desmatamentos menores, próximos entre si, que no total somem os 6,25 ha. O cruzamento da imagem de satélite com o mapa de imóveis rurais e sua titularidade permitiria saber quem está desmatando mais nesse formato - se agricultores familiares, pequenos, médios ou grandes produtores (nos chamados "puxadinhos" às suas propriedades).

Integrar os sistemas de desmatamento e de degradação – A completa cobertura das áreas degradadas, por meio de sistemas de monitoramento, é crucial no combate ao desmatamento. Mesmo quando os relatórios anuais do governo registram períodos de baixa, vale ter em mente que qualquer aumento significativo identificado na taxa da degradação pode representar, em um futuro não muito distante, um grande salto nos indicadores gerais do desmatamento. Assim, os dados do Prodes poderiam ser analisados em conjunto com os do Deter, de forma a alcançar-se um panorama mais completo sobre os estágios de degradação das florestas - os quais, sem intervenção, podem chegar ao nível de desmatamento total.

<u>Em pauta</u>

O futuro do PPCDAm

Em 2014, o PPCDAm completa 10 anos. Em sua terceira fase (2012/2015), anunciada em junho de 2013, o plano terá que registrar resultados mais efetivos no fomento a atividades sustentáveis.

Ao mesmo tempo, o PPCDAm sofreu importante mudança em seu processo de governança. Sua coordenação executiva saiu da esfera da Casa Civil e se encontra agora sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente.

É de extrema relevância o papel da imprensa, principalmente a de âmbito estadual/regional, em acompanhar, questionar, cobrar e investigar a implementação da terceira fase do PPCDAm e as ferramentas que permitirão ao Código Florestal sair do papel.

Aos jornalistas, cabe dar transparência ao processo de desenvolvimento de uma complexa política pública, cujos resultados podem culminar tanto na construção de um inédito – em termos planetários – programa nacional de recuperação de florestas ou em mais um fracassado esforço de cadastramento rural ou mais uma lei brasileira que "não pegou".

O acompanhamento da mais importante política pública do governo em relação ao desmatamento na Amazônia pode desdobrar-se a partir de vários ângulos:

 A mudança na governança foi justificada pela necessidade de se obter respostas rápidas nessa nova fase. Mas será que o status do plano não acaba sendo fragilizado enquanto política transversal do Governo Federal? O Ministério do Meio Ambiente terá o mesmo poder da Casa Civil para cobrar agilidade nas ações a serem implementadas por outros ministérios? Será que, conforme sugerem várias organizações da sociedade civil, essa mudança evidencia a perda de relevância política do plano no governo Dilma Rousseff?

- Em relação aos recursos financeiros para implementação do PPCDAm, como é definida a adicionalidade do Fundo Amazônia quanto aos montantes que devem ser implementados com recursos do orçamento público?
- Como as metas do plano são monitoradas e que mecanismos estão sendo adotados para dar maior transparência à execução do PPC-DAm dentro e fora do Governo Federal, como nos assegura a Lei de Acesso à Informação?
- Como avança no governo a discussão sobre novos incentivos positivos

 como transferências federais condicionadas para estados e municípios – que são fortemente recomendadas no documento de avaliação do plano, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o GIZ e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)?
- Como se desenvolve a discussão em torno da mudança dos parâmetros estabelecidos para a saída dos municípios da lista suja de desmatadores? Alta Floresta (PA) tem se destacado nesse debate. Quais têm sido as contribuições dos estados e do Governo Federal para essa questão?



Desmatamento ainda é pauta prioritária

Apesar de a área desmatada entre agosto de 2012 e julho de 2013 ser a segunda menor dos últimos 20 anos, o aumento de 28% no índice de desmatamento da Amazônia, anunciado pelo governo em meados de novembro de 2013, ultrapassou as expectativas de que a taxa ficaria próxima aos 20%.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o Governo Federal responde por menos de 20% dos licenciamentos. A responsabilidade pelo excesso de permissões para desmatar, portanto, recairia sobre os estados. Mas independentemente de quem tenha o dever de controlar os desmates e punir os infratores, as causas do desmatamento de 5.843 Km² de floresta, entre agosto de 2012 e julho de 2013 (contra os 4.571 Km² no ano anterior), são suficientemente conhecidas.

Especialistas concordam que a maior parte do desmatamento ilegal acontece em áreas devolutas e são desmatadas para formar fazendas. As principais causas de desmatamento atual são a especulação imobiliária e o aumento das áreas de produção.

O desmatamento cresceu em áreas próximas a grandes obras de infraestrutura (rodovias e hidrelétricas). Na rodovia BR-163, que liga Cuiabá a Santarém e está sendo asfaltada, a especulação imobiliária é crescente. Em Belterra, município vizinho a Santarém, um lote de mil metros quadrados é cotado a R\$ 40 mil. As conhecidas espinhas de peixe, pequenas estradas abertas na mata para levar as toras de madeira ilegal para a estrada principal, proliferam na região. O Prodes indica que foram 107 polígonos com mais de 100 hectares desmatados ao longo da BR-163 – oito deles com desmatamento acima de mil hectares.

O desmatamento aumentou na Floresta Nacional Jamanxim (Flona), próxima à BR-163, logo após o anúncio de que parte dela seria desafetada para dar lugar a obras de infraestrutura.

O Pará foi o estado que mais desmatou no ano, mas foi no Mato Grosso que as taxas mais cresceram: 52%. O perfil do desmatamento no Mato Grosso é de áreas de 100 ha a 300 ha em propriedades privadas, o que indicaria a expansão para o cultivo de soja. E surgiu um novo padrão: o desmate de pequenas áreas contíguas durante a época de chuvas, na tentativa de driblar o monitoramento por satélite.

O perfil do desmatamento também inclui áreas próximas a assentamentos de reforma agrária, indicando especulação fundiária.

Perspectivas

O governo ensaia uma nova ofensiva e adianta que os dados preliminares do Prodes entre agosto e outubro de 2013 apontam para uma queda de 24% nos índices de desmatamento.

Mesmo assim, taxas anuais em torno de 4,5 mil ou 5 mil Km² – quatro a cinco vezes o tamanho da cidade do Rio de Janeiro – são ainda bastante desconfortáveis. Apesar dos progressos alcançados em controlar e reduzir o desmatamento (que já foi de 27 mil Km²), o Brasil derruba anualmente o dobro das árvores perdidas pela Indonésia, o segundo colocado entre os países que mais desmatam no mundo, que decretou uma moratória de desmatamento por dois anos.

Governo e ambientalistas concordam que não basta ter o melhor monitoramento e a melhor fiscalização. Mecanismos econômicos de incentivo aos que cumprem a lei e aos que preservam a mata nativa são necessários, assim como preservação efetiva das áreas já protegidas. Desde 2006, foram criados 490 mil Km² de Unidades de Conservação (parques e reservas) e muitas estão ameaçadas por invasão de madeireiras e garimpos.



Caminhos para a redução

Mesmo com o anúncio de aumento de 28% no desmatamento em 2013, em relação ao ano anterior, ninguém acredita que o desmatamento descontrolado do início da década passada volte a acontecer.

Até agora, o esforço foi concentrado em reduzir o desmatamento e a degradação, mas o monitoramento para calcular perdas líquidas foi iniciado recentemente, por meio do programa TerrasClass, do INPE. E evidenciou que 20% das áreas desmatadas estão em algum estágio de regeneração natural – algumas mais antigas e outras mais recentes. A mensuração das perdas líquidas será importante para ajudar o governo a definir prioridades em suas políticas.

A estratégia brasileira pretende integrar todos esses componentes para chegar a uma perda líquida zero de florestas até 2015, como estabelecido nas metas voluntárias. O grande problema é que os diferentes sistemas de monitoramento apontam para uma retomada no desmatamento em 2013, que só será confirmada com a consolidação dos números em 2014.

Merece atenção, ainda, o Plano de Ação de Combate ao Desmatamento no Cerrado (PPCerrado), aprovado em 2010 – indicação de que gradativamente o processo de monitoramento e as políticas de enfrentamento serão estendidas a todos os biomas.

A questão fundiária é outro ponto de consenso quando se fala em reduzir o desmatamento na Amazônia. A pecuária, atividade que mais cresce na região, é a que mais concentra trabalho escravo. Pesquisadores do Imazon calculam que haja 10 milhões de hectares de pastos sujos na região. E afirmam que quase 50 mil Km² perderam proteção para legitimar ocupações irregulares. Outros 80 mil Km² (o tamanho da Irlanda) estariam em risco.

É preciso mirar a iniciativa privada

Quando não investiga os conflitos de interesse e as responsabilidades, quando não questiona a ausência de modelos de negócios inovadores e sustentáveis e quando não estabelece contradições entre políticas setoriais – os maiores pecados encontrados na cobertura –, a imprensa comporta-se de maneira que põe em dúvida sua capacidade de identificar o papel dos distintos atores no jogo social e/ou sua capacidade de exercer uma liberdade que tanto defende e que foi conquistada pela dedicação de todos os que trabalharam pela democracia e pelo Estado de Direito, não apenas por jornalistas e donos de meios de comunicação.

No caso do Setor Privado (aspecto que tantas vezes enfatizamos nesta análise), qualquer agricultura praticada em novas áreas na região amazônica implica desmatamento, independentemente do tamanho da propriedade e do agente. O que determina a extensão do impacto é o tamanho dos investimentos e das áreas afetadas. Enquanto a agricultura familiar, baseada na prática de "corte e queima", tem menor impacto (embora não desprezível), a agropecuária comercial requer mais investimentos e afeta áreas de maior proporção. À medida que a agropecuária amazônica foi se expandindo (quase sempre obedecendo a políticas expansionistas), aumentaram os desmatamentos.

De acordo com relatório do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – analisando a ocupação da Amazônia a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995 e 2006 –, do total de estabelecimentos levantados pelo Censo de 2006, 72,3% possuem área menor que 100 ha e representam apenas 13,1% de todo o território recenseado. Por sua vez, somente 2,1% dos estabelecimentos têm área superior a 1.000 ha, mas dominam impressionantes 58,7% de toda a área.

Portanto, não é de se admirar que esse seleto grupo de grandes propriedades tenha uma participação maior na derrubada da floresta, seja para a implantação de seus projetos agropecuários, seja para a continuidade do seu padrão concentrador de terras.

A dinâmica do desmatamento na virada do milênio tem a ver com a entrada de grandes capitais no processo produtivo agropecuário. O custo de derrubar grandes áreas – o que implica contratação de mão de obra, compra de combustível, compra ou aluguel de tratores, correntões etc. – não é desprezível, sendo impraticável, portanto, para quem não possui recursos suficientes.

Ao apontar para a necessidade de melhor atuação da imprensa frente às responsabilidades do setor privado, apresente análise não pretende lançar um olhar "antiempresarial" sobre o tema. Objetiva, apenas, enfatizar que os atores desse setor devem assumir protagonismo e presença no debate público sobre a urgente necessidade de rever seus modelos de negócios; e que a imprensa não pode ser copiloto do silêncio deste setor.

<u>Em pauta</u>

A agenda dos próximos anos

No olhar de especialistas ouvidos pela ANDI para a construção desta publicação, os pontos a seguir oferecem uma visão panorâmica sobre a agenda que as políticas públicas deveriam buscar responder ao longo dos próximos anos:

- Ampliação e capilarização de ações de monitoramento e controle do desmatamento – com novas tecnologias e pessoal para chegar à ponta do problema.
- Identificação das causas (vetores) atuais dos novos desmatamentos.
 Está mesmo ocorrendo uma mudança no padrão de desmatamento na região, como afirmam alguns especialistas? Os sistemas de monitoramento estão capacitados para este tipo de desafio?
- Enfrentamento do fato de que as novas frentes de desmatamento surgindo na Amazônia estão se concentrando particularmente em obras de infraestrutura.
- Combate ao chamado "desmatamento especulativo", que acontece em torno de áreas com projeção de desenvolvimento acelerado nos próximos anos – fator que garantiria elevado retorno financeiro para os grileiros.
- Implementação de políticas efetivas de regularização de terras e ordenamento territorial.
- Promoção do conhecimento sobre as singularidades e diferenças regionais dentro da própria Amazônia

 o que impacta no tipo de desmatamento e exige políticas públicas diferenciadas.

- Adoção do "desmatamento zero" como política pública, sem prejuízo à produção agropecuária. Para isso, é necessário:
 - » Realização do mapeamento do volume de áreas já desmatadas (degradadas ou abandonadas) que podem ser utilizadas para expansão agrícola sem gerar mais desmatamento.
 - » Identificação dos custos de se utilizar essas áreas.
- Investimento no fomento à produção sustentável e identificação de formas de manutenção da floresta em pé, em contraste ao modelo de desenvolvimento geralmente aplicado à região, incluindo:
 - » Realização de levantamento do potencial econômico de atividades florestais, para que os mecanismos de financiamento sejam efetivamente aplicados (não faz sentido propor linhas de financiamento caso não se conheçam as possibilidades de retorno econômico).
 - » Enfrentamento da dificuldade em evidenciar conexões entre o desmatamento e alguns processos de financiamento das atividades produtivas correntes (incentivo à pecuária e à agricultura, por exemplo).
 - » Estímulo à ampliação de iniciativas positivas de manutenção da floresta.
 - » Criação de políticas públicas estruturantes de promoção deste uso sustentável da floresta.

ANDI - Comunicação e Direitos www.andi.org.br

CLUA - Climate and Land Use Alliance www.climateandlandusealliance.org